Algar Telecom S.A.
e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Algar Telecom S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 7
Demonstração dos resultados 9
Demonstração dos resultados abrangentes 10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 11
Demonstração dos fluxos de caixa 12
Demonstração do valor adicionado 13
Notas explicativas às demonstrações financeiras 14

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 -
1º andar - Techno Plaza Corporate -
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP
Brasil

Tel.: + 55 (19) 3707-3000
Fax: + 55 (19) 3707-3001
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Algar Telecom S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Algar Telecom S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1(b) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2020 não é comparável à demonstração de resultados consolidada em 31 de dezembro de 2019, em virtude da cisão da então controlada Algar TI Consultoria S.A., ocorrida em 2 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de telecomunicações

Por que é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações reconhecida pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R$1.456.305 mil na controladora e R$2.350.771 mil no consolidado. Por sua representatividade, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nesses fatores, consideramos a receita de serviços de telecomunicações como um assunto importante na auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

i) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita.

ii) Avaliação e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes com uso de nossos especialistas, para os quais destacamos:

   a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável.

   b) Testes específicos para o faturamento de voz e dados pela plataforma operacional da Companhia.

   c) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita.

iii) Realização de procedimentos analíticos substantivos.

iv) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências em alguns dos controles internos automatizados relacionados ao reconhecimento de receita, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Ajustes que afetariam o reconhecimento da receita em controlada foram identificados. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, que incluíram teste dos controles mitigatórios, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Capitalização ao ativo imobilizado

Por que é um PAA

Diante do montante envolvido e da dispersão dos investimentos no ativo imobilizado pela Companhia, consideramos a capitalização de gastos ao ativo imobilizado como um assunto importante em nossa auditoria, pois podem ocorrer erros na determinação e eventual capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra. Por sua representatividade, a capitalização ao ativo imobilizado é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização ao ativo imobilizado.

ii) Execução de procedimentos substantivos, por amostragem, com a finalidade de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo imobilizado.

iii) Desafio às premissas utilizadas pela Administração na determinação e segregação dos gastos capitalizados, e

iv) Leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

No decorrer de nossa auditoria, identificamos deficiências em alguns dos controles internos relacionados a capitalização no ativo imobilizado, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Ajustes que afetariam os valores relacionados a capitalização foram identificados. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que as capitalizações ao ativo imobilizado e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 3 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Algar Telecom S.A.

Balanço patrimonial em
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Individual	
	Notas	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**612.052**	424.373	**534.419**	377.503
Contas a receber	6	**517.896**	477.254	**294.142**	272.322
Estoques		**40.628**	36.362	**22.560**	26.619
Tributos a recuperar	7	**194.548**	154.170	**137.563**	130.689
Dividendos a receber	24	**-**	-	**47.434**	40.618
Despesas antecipadas	8	**81.555**	78.655	**59.358**	57.392
Outros créditos	9a	**10.733**	6.456	**7.037**	4.734
Total do ativo circulante		**1.457.412**	1.177.270	**1.102.513**	909.877
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	**127.065**	24.646	**94.803**	20.149
Tributos a recuperar	7	**181.087**	244.063	**123.613**	207.688
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	-	**-**	-
Depósitos judiciais	19b	**23.998**	27.587	**23.485**	27.083
Despesas antecipadas	8	**65.380**	33.811	**29.383**	20.634
Direito indenizatório de provisões - Smart		**25.530**	30.080	**-**	-
Aplicações financeiras	5	**2.354**	2.316	**1.020**	998
Outros créditos		**3.190**	3.254	**916**	947
Total do ativo realizável a longo prazo		**428.604**	365.757	**273.220**	277.499
Investimentos	10	**126**	126	**1.478.916**	1.261.168
Imobilizado	11	**2.513.944**	2.487.526	**1.394.404**	1.467.177
Intangível	12	**401.838**	403.749	**220.359**	247.741
Ativo de direito de uso - IFRS 16	13	**495.024**	344.327	**394.659**	251.282
Total do ativo não circulante		**3.839.536**	3.601.485	**3.761.558**	3.504.867
Total do ativo		**5.296.948**	4.778.755	**4.864.071**	4.414.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Balanço patrimonial em
31 de dezembro de 2020 e 2019--Continuação
(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Individual	
	Notas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**1.469**	1.566	**1.469**	1.566
Debêntures e notas promissórias	15a	**610.321**	35.737	**610.321**	35.737
Passivo de arrendamento - IFRS 16	16	**110.644**	85.812	**83.679**	61.259
Fornecedores	20	**242.114**	244.553	**142.091**	158.782
Impostos, taxas e contribuições	17	**85.024**	85.388	**39.772**	44.825
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9a	**2.554**	11.263	**-**	7.313
Salários, provisões e encargos sociais	18	**125.536**	86.539	**68.412**	49.541
Dividendos a pagar	22b	**70.310**	105.387	**70.310**	105.387
Valores a restituir aos acionistas		**92**	28.588	**92**	28.588
Receitas antecipadas	21	**9.455**	10.535	**9.268**	9.390
Títulos a pagar		**4.005**	5.634	**3.716**	4.650
Outras obrigações		**18.670**	10.791	**16.148**	8.809
Total do passivo circulante		**1.280.194**	711.793	**1.045.278**	515.847
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**4.769**	6.238	**4.769**	6.238
Debêntures e notas promissórias	15	**1.818.997**	2.203.904	**1.818.997**	2.203.904
Passivo de arrendamento - IFRS 16	16	**406.632**	270.560	**327.688**	198.739
Salários, provisões e encargos sociais		**6.330**	7.241	**3.713**	4.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**75.266**	67.970	**22.616**	33.666
Provisões	19a	**206.469**	142.686	**147.451**	89.352
Obrigação por aquisição de sociedade		**24.129**	19.479	**22.030**	19.479
Receitas antecipadas	21	**17.763**	22.131	**15.721**	19.913
Outras obrigações		**591**	3.526	**-**	-
Total do passivo não circulante		**2.560.946**	2.743.735	**2.362.985**	2.575.670
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**826.831**	826.831	**826.831**	826.831
Reserva legal		**109.581**	99.462	**109.581**	99.462
Reserva de retenção de lucros		**515.170**	390.188	**515.170**	390.188
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído		**4.226**	4.241	**4.226**	4.241
Outros resultados abrangentes		**-**	2.505	**-**	2.505
Lucros acumulados		**-**	-	**-**	-
Total do patrimônio líquido		**1.455.808**	1.323.227	**1.455.808**	1.323.227
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.296.948**	4.778.755	**4.864.071**	4.414.744

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)

		Consolidado		Individual	
	Notas	**31/12/2020**	31/12/2019	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receita operacional líquida	25	**2.350.771**	2.871.117	**1.456.305**	1.350.027
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	26	**(1.267.044)**	(1.730.499)	**(840.586)**	(766.942)
Resultado bruto		**1.083.727**	1.140.618	**615.719**	583.085
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	27	**(438.427)**	(402.266)	**(280.092)**	(238.055)
Despesas gerais e administrativas	28	**(170.173)**	(234.646)	**(128.233)**	(138.033)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	**40.740**	54.478	**32.835**	62.896
Equivalência patrimonial	11	**-**	-	**199.594**	176.982
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**515.867**	558.184	**439.823**	446.875
Resultado financeiro líquido		**(225.471)**	(101.185)	**(234.740)**	(72.968)
Despesas financeiras	30	**(279.675)**	(257.108)	**(264.505)**	(207.785)
Receitas financeiras	30	**54.204**	155.923	**29.765**	134.817
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**290.396**	456.999	**205.083**	373.907
Imposto de renda e contribuição social		**(88.020)**	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Corrente	9c	**(80.724)**	(118.395)	**(13.758)**	(42.180)
Diferido	9c	**(7.296)**	(35.888)	**11.051**	(29.011)
Resultado líquido do exercício		**202.376**	302.716	**202.376**	302.716
Média ponderada das ações				**295.019.806**	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)				**0,69**	1,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	31/12/2019	**31/12/2020**	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716	**202.376**	302.716
Baixa de ajuste de conversão de balanços	**(2.505)**	547	**(2.505)**	547
Resultado abrangente total	**199.871**	303.263	**199.871**	303.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva de retenção de lucros	Reserva legal					
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.090.507	237.937	84.326	30.023	18.443	(24.308)	-	1.436.928
Redução de capital ref. cisão da Companhia (nota 1b)		(263.676)	-	-	-	-	-	-	(263.676)
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	-	-	-	(13.703)	-	-	(13.703)
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	-	-	-	-	26.266	-	26.266
Baixa por cisão da Companhia	1b	-	(35.623)	-	-	-	-	-	(35.623)
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	(499)	-	499	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(30.023)	-	-	-	(30.023)
Ajuste de conversão de balanço de controlada no exterior		-	-	-	-	-	547	-	547
Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada		-	-	-	-	-	-	448	448
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	302.716	302.716
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		-	-	15.136	-	-	-	(15.136)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21b	-	-	-	-	-	-	(100.653)	(100.653)
Lucros retidos no exercício		-	187.874	-	-	-	-	(187.874)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		826.831	390.188	99.462	-	4.241	2.505	-	1.323.227
Realização do custo atribuído		**-**	**-**	**-**	**-**	**(15)**	**-**	**15**	**-**
Baixa de ajuste de conversão de balanço		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.505)**	**-**	**(2.505)**
Resultado líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**202.376**	**202.376**
Destinações do lucro líquido:									
Constituição de reserva legal		**-**	**-**	**10.119**	**-**	**-**	**-**	**(10.119)**	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	**21b**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(67.290)**	**(67.290)**
Lucros retidos no exercício		**-**	**124.982**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(124.982)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**826.831**	**515.170**	**109.581**	**-**	**4.226**	**-**	**-**	**1.455.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**290.396**	456.999	**205.083**	373.907
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**513.756**	503.367	**341.124**	311.567
Equivalência patrimonial	**-**	-	**(199.594)**	(176.982)
Perda com imobilizado e intangível	**3.228**	10.285	**(2.715)**	8.538
Provisão para perda de ativos - TV	**-**	62.390	**-**	62.390
Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures	**137.663**	198.196	**137.663**	177.097
Atualização de crédito tributário	**(18.163)**	(116.200)	**(3.595)**	(116.200)
Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos	**105.971**	19.189	**100.672**	12.071
Provisão para perda esperada de contas a receber	**40.042**	21.389	**32.260**	17.608
Constituição (reversão) de provisões	**46.901**	16.028	**35.155**	7.000
Crédito tributário - PIS e COFINS	**(25.855)**	(138.302)	**-**	(138.302)
Outros ajustes	**-**	(5.190)	**-**	(5.190)
	1.093.939	1.028.151	**646.053**	533.504
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)em contas a receber	**(197.033)**	(66.520)	**(138.860)**	(44.104)
(Aumento) redução em estoques	**(4.266)**	(8.309)	**4.059**	(5.825)
Redução em tributos a recuperar	**63.021**	1.741	**77.201**	7.488
Redução em depósitos judiciais	**4.527**	43.720	**4.050**	42.848
(Aumento) em despesas antecipadas	**(34.469)**	(37.969)	**(10.715)**	(28.372)
(Aumento) redução em outros ativos circulante e não circulante	**370**	511	**(2.495)**	4.440
Aumento (redução) em fornecedores	**26.407**	(15.168)	**10.489**	(21.066)
Aumento (redução)em obrigações sociais	**38.086**	8.618	**18.205**	(8.068)
Aumento (redução) em impostos taxas e contribuições	**(364)**	7.760	**(5.053)**	3.779
Redução em receitas antecipadas	**(5.448)**	(15.472)	**(4.314)**	-
Aumento (redução) de títulos a pagar	**(4.468)**	(1.637)	**(934)**	1.368
Aumento (redução) em outros passivos circulante e não circulante	**(4.902)**	782	**(9.102)**	9.470
Provisões pagas	**(6.186)**	(13.149)	**(4.416)**	(7.463)
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro, pagos	**(84.478)**	(105.551)	**(16.403)**	(36.757)
Tarifas bancárias e outros encargos financeiros pagos	**(19.912)**	(21.776)	**(19.634)**	(22.031)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**864.824**	805.732	**548.131**	429.211
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Em investimentos em controladas	**-**	(51.428)	**-**	(26.361)
Aporte de capital em controladas	**-**	-	**(82.000)**	(91.300)
Em ativo imobilizado e intangível	**(487.243)**	(729.170)	**(203.245)**	(401.521)
Caixa e equivalente envolvido em incorporação, aquisição e cisão	-	(76.545)	**-**	-
Dividendos recebidos	**-**	-	**55.004**	127.820
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	**(487.243)**	(857.143)	**(230.241)**	(391.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Adições de empréstimos e debêntures	**150.000**	785.000	**150.000**	700.000
Pagamento de valor principal de empréstimos e debêntures	**(1.566)**	(138.153)	**(1.566)**	(79.218)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	**(106.078)**	(176.748)	**(106.078)**	(147.414)
Pagamento de outras despesas financeiras sobre debêntures	**(25.249)**	(9.751)	**(25.249)**	(9.210)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(106.709)**	(104.538)	**(77.781)**	(64.227)
Reembolso de capital a acionistas	**(61)**	(618)	**(61)**	(618)
Pagamento de dividendos	**(100.239)**	(105.288)	**(100.239)**	(105.288)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos	**(189.902)**	249.904	**(160.974)**	294.025
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**187.679**	198.493	**156.916**	331.874
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**424.373**	225.880	**377.503**	45.629
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**612.052**	424.373	**534.419**	377.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Algar Telecom S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas	**3.586.509**	4.595.832	**2.104.351**	2.381.857
Vendas de mercadorias e serviços	**3.025.266**	3.648.478	**1.866.925**	1.790.821
Receita de construção de ativos próprios	**459.978**	735.308	**177.646**	421.260
Outras receitas	**141.307**	233.435	**92.040**	187.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(40.042)**	(21.389)	**(32.260)**	(17.607)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(1.349.348)**	(1.678.840)	**(870.604)**	(1.023.069)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(524.671)**	(592.074)	**(373.321)**	(352.785)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(824.677)**	(1.086.766)	**(497.283)**	(670.284)
Valor adicionado bruto	**2.237.161**	2.916.992	**1.233.747**	1.358.788
Depreciação e amortização	**(513.756)**	(503.367)	**(341.124)**	(311.567)
Valor adicionado líquido pela entidade	**1.723.405**	2.413.625	**892.623**	1.047.221
Valor adicionado recebido em transferência	**54.204**	155.923	**229.359**	311.799
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	**199.594**	176.982
Receitas financeiras	**54.204**	155.923	**29.765**	134.817
Valor adicionado total a distribuir	**1.777.609**	2.569.548	**1.121.982**	1.359.020
Distribuição do valor adicionado	**1.777.609**	2.569.548	**1.121.982**	1.359.020
Pessoal	**485.615**	974.703	**256.397**	290.956
Remuneração direta	**330.761**	740.213	**173.299**	230.067
Benefícios	**90.036**	176.142	**44.945**	46.744
FGTS	**22.544**	58.348	**12.097**	14.145
Outros	**42.274**	-	**26.056**	-
Impostos, taxas e contribuições	**826.416**	1.010.104	**446.684**	546.170
Federais	**265.231**	417.925	**102.716**	172.688
Estaduais	**556.760**	563.848	**343.257**	372.943
Municipais	**4.425**	28.331	**711**	539
Juros	**175.771**	210.144	**166.139**	180.736
Aluguéis	**87.431**	71.881	**50.386**	38.442
Dividendos	**67.290**	100.653	**67.290**	100.653
Lucro retido no exercício	**135.086**	202.063	**135.086**	202.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Algar Telecom S.A. ("Algar Telecom" ou "Companhia"), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto e suas principais atividades são a prestação de serviços de telefonia fixa, telefonia celular e comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Companhia é a *holding* operacional do segmento de telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, telecomunicações e multimídia, comunicação de dados, internet em banda larga, *Data Center,* engenharia de telecomunicações, revenda de equipamentos e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

As operações da Companhia e das suas controladas não apresentam sazonalidade relevante.

Concessões e autorizações

Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. As concessões e autorizações vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, abrangendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e a Smart Telecomunicações, estão descritas, em resumo, conforme quadro abaixo.

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Algar Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	31/12/2025
	Autorização para prestação do STFC longa distância internacional	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do STFC local e longa distância nacional	Todas as regiões do Brasil, exceto área de concessão.	Indeterminado
	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado – SeAC	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
	Autorizações para prestação do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	Vinculado ao vencimento das outorgas de radiofrequências
	Autorização para prestação de SMP na frequência de 850 MHz denominado Banda A	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	15/01/2023
	Autorização para prestação de SMP nas frequências em 1.900 MHz e 2.100 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	28/04/2023, renováveis por mais 15 anos.
	Autorização para prestação de SMP na frequência 1.800 MHz, denominado Banda H	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37, exceto região do Triângulo Mineiro.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos.
	Autorização para prestação de SMP com a tecnologia 4G, na frequência 700 MHz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos.

1. **Contexto operacional**--Continuação

Concessões e autorizações -- Continuação

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Algar Multimídia	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Algar Soluções	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Smart	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado

Eventos relevantes ocorridos em 2020

a) Coronavírus – Covid-19

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o principal evento em destaque foi o agravamento da pandemia do coronavírus (Covid-19), trazendo relevantes impactos em todos os setores da economia mundial. Uma abordagem do assunto, voltada para o âmbito da Companhia, no contexto de suas operações, está apresentada na nota explicativa 36b.

b) Assinatura do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

Em 16 de dezembro de 2020 foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Nº 02/2020, firmado entre a ANATEL e a Companhia, com vigência de 30 meses, abrangendo o período de 18/12/2020 a 18/06/2023 (nota explicativa 36a).

c) Crédito tributário – PIS/COFINS

Em dezembro de 2020, o processo da controlada Algar Multimidia solicitando, junto à Justiça Federal, o reconhecimento de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS foi julgado favoravementel à controlada (nota explicativa 7ii).

d) Interrupção na prestação de serviços de TV

A Companhia descontinuou a prestação de serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio via satélite, cabo e IP em 2020. A partir deste ano, esses serviços são oferecidos aos clientes através de parcerias com outros prestadores.

Eventos relevantes ocorridos em 2019

a) Aquisição da sociedade SMART Telecomunicações

Em 9 de julho de 2019 a Companhia concluiu o processo de aquisição (“Termo de fechamento”), da Smart Telecomunicações, sociedade sediada em Recife (PE), a qual possui autorização da ANATEL para exploração de serviços de telecomunicações, incluindo, principalmente, serviços de comunicação e multimídia (SCM), serviços de rede e circuito especializado (RCE) e serviço limitado especializado (SLE).

1. **Contexto operacional**--Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2019--Continuação

a) Aquisição da sociedade SMART Telecomunicações--Continuação

O valor máximo da aquisição foi estabelecido em R$ 49.800, sendo que o montante da contraprestação a ser efetivamente transferida para os vendedores depende de eventos futuros, entre eles a apuração de certos montantes de dívida líquida e de capital circulante líquido, cujas diferenças entre os valores realizados e os valores estimados serão ajustadas no valor a pagar, atendendo a uma previsão contratual.

Na data do fechamento da operação, a Companhia efetuou o pagamento da parcela à vista, conforme contratado, no montante total de R$ 22.133. O valor restante será pago em 5 parcelas, sendo uma com vencimento 2019, paga no mês de novembro daquele ano, e as outras com vencimentos anuais, de 2022 a 2025, corrigido a 90% do CDI.

O laudo de avaliação elaborado por empresa especializada independente para a Alocação do Preço de Compra (PPA) e mensuração do ágio envolvido foi pautado nas informações aplicáveis na data base de 30 de junho de 2019.

Os saldos das principais rubricas do balanço patrimonial de 30/06/2019 da Smart Telecomunicações, base da aquisição, estão apresentados abaixo:

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	83	Empréstimos e financiamentos	85
Contas a receber	1.216	Fornecedores	833
Estoques	954	Impostos, taxas e contribuições	207
Outros créditos	152	Imposto de renda e contribuição social a pagar	474
Total do ativo circulante	2.405	Salários, provisões e encargos sociais	1.180
		Total do passivo circulante	2.779
Ativo não circulante			
Direito indenizatório de provisões	31.611		
Imobilizado	3.445	Passivo não circulante	
Custo	4.868	Empréstimos e financiamentos	685
(-) Depreciação	(1.423)	Provisões	31.611
Intangível	31	Outras obrigações	968
Custo	49	Total do passivo não circulante	33.264
(-) Amortização	(18)		
Total do ativo não circulante	35.087	Patrimônio líquido	
		Capital social	2.500
		Reserva de lucros	269
		Prejuízos acumulados	(1.320)
		Total do patrimônio líquido	1.449
Total do ativo	37.492	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	37.492

1. **Contexto operacional**--Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2019--Continuação

a) Aquisição da sociedade SMART Telecomunicações--Continuação

Segue resumo contendo as principais informações do laudo de avaliação:

(a) Contraprestação envolvida, ao valor presente			42.440
(b) Valor justo dos ativos adquiridos, líquido			21.515
(c) Patrimônio líquido contábil (30/06/2019)			1.449
(d) Mais valia (b - c)			20.066
Mais valia de imobilizado identificado		3.879	
Mais valia de intangível identificado		16.187	
Marcas	439		
Carteira de clientes	3.324		
Direito de uso de postes	12.424		
(e) Ágio por rentabilidade futura (goodwill) (a - c - d)			20.925

A mais valia está líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Cisão de investimento na Companhia

Em 2 de dezembro de 2019, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a cisão parcial da Companhia, cujo acervo líquido cindido foi composto pelo saldo do investimento avaliado pela equivalência patrimonial, representativo da totalidade da participação societária da Algar Telecom na Algar TI.

Em razão da cisão realizada, para retirada do investimento na Algar TI, a qual deixou de ser sua controlada a partir daquela data, as rubricas do balanço patrimonial consolidado da Algar TI não foram incluídas na consolidação de 31/12/2019 da Companhia. Dessa forma, a comparação dos balanços patrimoniais consolidado de 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a comparação das demonstrações de resultados de 2019 e 2020 devem levar em conta os impactos dessa operação.

1. Contexto operacional - Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2019 - Continuação

b) Cisão de investimento na Companhia - Continuação

Os saldos das principais rubricas do balanço patrimonial de 30/11/2019, consolidado, da Algar TI, controlada da Companhia até 1º de dezembro de 2019 estão apresentados abaixo:

	Algar TI - consolidado
Ativo	**30/11/2019**
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	76.545
Contas a receber	165.641
Outros créditos	58.664
	300.850
Ativo não circulante	
Imobilizado	227.462
Intangível	169.229
Direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)	20.434
Outros créditos	41.807
	458.932
Total do ativo	759.782
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	
Empréstimos e debêntures	49.749
Passivo de arrendamento - CPC 06 (IFRS 16)	13.918
Fornecedores	41.750
Salários, provisões e encargos sociais	91.272
Outras obrigações	31.260
	227.949
Passivo não circulante	
Empréstimos e debêntures	199.714
Passivo de arrendamento - CPC 06 (IFRS 16)	7.214
Provisões	21.357
Outras obrigações	12.051
	240.336
Patrimônio líquido	291.497
Total do passivo e do patrimônio líquido	759.782

O balanço da Algar Telecom, base da cisão foi o de 30 de setembro de 2019, o qual constou o saldo do investimento, objeto da cisão, no montante de R$275.485. O saldo efetivamente baixado foi o de 30/11/2019, no valor de R$286.736 (nota explicativa nº 10a) e a diferença de R$4.761, em relação ao saldo do patrimônio líquido de 30/11/2019 da Algar TI, refere- se a ajuste de lucros não realizados para fins de equivalência patrimonial.

Conforme demonstrado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, essa operação implicou na redução do capital social da Companhia em R$263.676, na baixa de ajuste de avaliação patrimonial (custo atribuído a ativos da Algar Tecnologia) no valor de R$13.703, na baixa de um saldo devedor de (R$26.266), reflexo da Algar TI, referente a opção de compras de ações da Algar TI, exercida pela própria Algar TI, e baixa de reserva de retenção de lucros no valor de R$35.623, completando uma redução do patrimônio líquido no montante do investimento cindido, qual seja R$286.736.

1. Contexto operacional - Continuação

Eventos relevantes ocorridos em 2019 - Continuação

c) Exclusão dos serviços de TV por assinatura do portfólio de produtos da Companhia

Conforme acordo celebrado em dezembro de 2019, com empresa prestadora de serviços de telecomunicações via satélite, e aprovado pela Administração, a Companhia excluiu do seu portfólio de produtos o serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio via satélite (DTH), representativo de aproximadamente 5,5% da sua receita bruta (2,7% no consolidado), passando a atuar como parceiro credenciado nesse ramo de negócio.

2. Bases de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2021.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individual e consolidado estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas com sede no Brasil.

As sociedades sediadas na Argentina, México, Colômbia e Chile, que foram controladas indiretas da Companhia até 1º de dezembro de 2019 possuem as suas respectivas moedas funcionais, sendo que as suas demonstrações financeiras foram convertidas para o Real (R$) para fins de consolidação.

2. **Bases de preparação** - Continuação

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação societária vigente e normas contábeis aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber;
- Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social;
- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado;
- Nota Explicativa nº 12 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 13 - Ativo de direito de uso
- Nota Explicativa nº 19 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

a) Bases de consolidação

i) *Controladas*

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas integram a consolidação a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

ii) *Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas*

	Participação percentual (%) em 31/12/2020 e 31/12/2019	
	No capital social	**No capital votante**
Participações diretas:		
Algar Multimídia	**100**	**100**
Algar Soluções	**100**	**100**
Smart Telecomunicações	**100**	**100**

(i) Em 2 de dezembro de 2019 foi realizada uma cisão na Companhia objetivando a retirada do investimento referente à participação societária direta na Algar TI. Consequentemente, as participações indiretas da Companhia também deixaram de existir.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora.

Os procedimentos de consolidação utilizados pela Companhia são os previstos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e *IFRS 10 - Consolidated Financial Statements*

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

b) Transações em moeda estrangeira—Continuação

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação.

c) Ativos circulantes e não circulantes

i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras considerados de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo e que são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de sua aplicação.

ii) *Investimentos*

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

iii) *Imobilizado*

Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que ele esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais esses ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

iii) *Imobilizado*

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse ativo.

Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada entre o valor de alienação e o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Reconhecimento e mensuração

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Edifícios e benfeitorias	**26**	27
Equipamentos de comutação	**9**	9
Equipamentos de terminais	**7**	7
Equipamentos e meios de transmissão*	**21**	18
Equipamentos de energia e climatização	**10**	10
Infraestruturas	**29**	29
Veículos	**6**	6
Móveis e utensílios	**9**	9
Equipamentos de processamento de dados	**7**	7

*A variação na vida útil média verificada nessa linha deve-se ao aumento da vida útil média de cabo fibra, conforme revisão realizada.

Ativos arrendados são depreciados pelo período mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que a Companhia tenha a intenção de obter sua propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

iii) *Imobilizado - Continuação*

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

iv) *Intangível*

Ágio

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos.

Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa

O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável.

Concessões e autorizações

A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de *Backbone,* entre outros.

Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador ("*softwares*") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

iv) Intangível--Continuação

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Sistemas de informação	**7**	7
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	**17**	17
Direito de uso TV por Satélite-DTH	**15**	15
Direito do uso de *Backbone**	**18**	21
Marcas e patentes	**7**	7
Outorgas regulatórias	**14**	14
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas	**3**	-

*As vidas úteis são conforme contratos de Direito de Uso

v) *Ativos e passivos financeiros*

Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a Companhia realiza uma classificação do mesmo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e valor justo por meio do resultado (“VJR”) e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo.

O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48.

A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros é reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes – Continuação

v) *Ativos e passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativo financeiro

Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento.

Desreconhecimento de passivo financeiro

A Companhia realiza a baixa do passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato.

Classificação de instrumentos financeiros

A classificação do ativo financeiro tem por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios:

i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes;
ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

v) *Ativos e passivos financeiros* - Continuação

Classificação de ativos financeiros

O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições:
• o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
• os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições:
• o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
• os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal.

Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo.

Redução ao valor recuperável

Os requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

v) *Ativos e passivos financeiros* - Continuação

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais são aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

A Companhia aplica os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Essa provisão é contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial.

Na data do balanço é mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, é feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

vi) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

c) Ativos circulantes e não circulantes - Continuação

vi) *Ativos não financeiros* - Continuação

Redução ao valor recuperável

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata.*

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i) *Concessão e autorização de serviços de telecomunicações a pagar*

O valor devido é registrado com base em atos expedidos pela ANATEL, no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado (STFC), e 2% sobre a receita líquida de serviço móvel pessoal (SMP). Considera-se a receita apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais.

ii) *Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

iii) *Benefícios a empregados*

Plano de pensão

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes - Continuação

iii) *Benefícios a empregados* - Continuação

Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

iv) *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

d) Passivos circulantes e não circulantes - Continuação

iv) *Imposto de renda e contribuição social* - Continuação

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

v) *Arrendamento mercantil financeiro*

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia é parte como arrendatária, e detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros (CPC-06_R1, norma válida até 31 de dezembro de 2018, entrando em vigor no dia 1º de janeiro de 2019 a versão R2 com alterações relevantes). O reconhecimento contábil é feito no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A Companhia possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e leaseback financeiro, envolvendo a cessão de direito e uso de torres, que são ativos reversíveis à Anatel, e o concomitante arrendamento de parte do mesmo ativo cedido.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

i) *Venda de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e banda larga*

As receitas relativas a esses serviços são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. A receita referente à venda dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos é diferida e reconhecida no resultado à medida que esses créditos são efetivamente consumidos.

ii) *Locação de equipamentos*

As receitas são geradas via locação de modens relacionados a prestação de serviços de banda larga a clientes do segmento varejo, e também via locação de roteadores e switches relacionados a prestação de serviços de internet link a clientes corporativos. Estes valores são reconhecidos mensalmente durante a vigência contratual.

iii) *Operações de permuta de bens e serviços*

As entidades Algar Telecom e Algar Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas por seu valor justo e são reconhecidas por seu valor justo pelo regime de competência no momento em que há a transferência do risco, no caso de mercadorias, e a efetiva prestação dos serviços. A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas - Continuação

iv) *Receitas de aparelhos e acessórios*

A Companhia reconhece receitas de aparelhos e acessórios quando um cliente assume o controle do dispositivo. Em caso de o cliente adquirir um aparelho com subsídio, ou seja, "serviço + aparelho", a Algar aloca uma parte de seus faturamentos de serviços futuros ao aparelho e reconhece a receita na entrega do aparelho no início do contrato, o que resulta em um ativo contratual. Adotamos o expediente prático para desconsiderar os efeitos de um componente de financiamento significativo, quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos. Para os contratos com prazos superiores a um ano (somente para venda de modem), os valores relacionados são imateriais

v) *Receita de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) e gestão de ambiente de tecnologia*

Na Algar TI Consultoria S/A (controlada da Companhia até 1º de dezembro de 2019), as receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até à data de fechamento mensal. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, a receita de serviços é reconhecida pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático.

Julgamentos e estimativas significativas

Os clientes da Companhia geralmente assinam contratos de serviço com um período de fidelização em troca de descontos em aparelhos, taxas, ou ainda nas mensalidades do serviço. Foi aplicado um julgamento para determinar que, para fins contábeis, o período de contrato abrange todo o período de fidelização do cliente, concluindo que o prazo de fidelização precisa ser cumprido devido à cobrança de multa proporcional, sendo esta multa significativa em qualquer momento da vida do contrato com o cliente.

Nos casos em que um contrato inclui um aparelho e acessórios, para os quais reconhecemos receita em um determinado momento, e serviços, para os quais reconhecemos receita proporcionalmente ao longo do tempo, é necessário julgamento para determinar o "Standalone Selling Price – SSP" para cada obrigação de desempenho distinta e alocar a receita correspondente. Usamos uma gama de valores para estimar o "SSP" quando vendemos cada um dos produtos e serviços separadamente.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

e) Reconhecimento de receitas - Continuação

Ativos e passivos do contrato

Os ativos contratuais referem-se principalmente à parcela remanescente dos faturamentos de serviços futuros da Companhia alocados aos aparelhos e reconhecidos na receita na entrega do aparelho no início do contrato, bem como ajustes temporais no reconhecimento das demais linhas de receita. Incluímos substancialmente todos os ativos contratuais em nosso balanço patrimonial consolidado como um componente de despesas antecipadas. Já os passivos contratuais, apresentados no grupo de receitas antecipadas, referem-se às obrigações de transferir bens e serviços aos clientes, em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação ou o valor já é devido ao cliente.

Custo para obter contratos com clientes

Um ativo para os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente é reconhecido, se for esperado que existam benefícios futuros pelo pagamento desses custos. Esses valores são compostos de comissões, benefícios relacionados e impostos sobre folha de pagamento para funcionários de vendas da Companhia e comissões pagas a nossos parceiros de canal de distribuição terceirizados. Amortizamos esses custos proporcionalmente ao longo do período estimado de fidelização com o cliente, o que exclui futuras renovações contratuais. Os custos diferidos relacionados a despesas necessárias para obter um contrato estão reconhecidos como um componente de despesas antecipadas em nosso balanço patrimonial consolidado.

f) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e de provisões, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") e perdas em instrumentos financeiros derivativos reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

g) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada, quando aplicável, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, nos exercícios apresentados.

h) Informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos aos membros da diretoria executiva, que são os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos abrangidos pela Companhia e controladas.

A diretoria executiva definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais estão segmentados principalmente entre os tipos de serviços prestados.

Os segmentos definidos são os seguintes:

Até 30 de novembro de 2019 as informações financeiras consolidadas da Algar Telecom eram compostas por dois segmentos de negócio: Telecom e Tech - BPO/Gestão de TI

Telecom - representa a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; telefônicos.

Tech - BPO/Gestão de TI – segmento incluído na consolidação até 30 de novembro de 2019, oferece soluções em tecnologia para processos de negócios, por meio de infraestrutura de TI, serviços gerenciados, gestão de negócios e relacionamento com o cliente. Inclui a prestação de serviços de *contact center, BPO (Business Process Outsourcing)* e soluções em tecnologia da informação.

Devido à cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 1b, esse segmento não integra mais as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia,

As informações referentes aos segmentos aplicáveis estão na nota explicativa nº 32, a qual inclui o modelo de acompanhamento dos negócios pela Companhia, com a segregação das rubricas de resultado por tipo de cliente – B2B e B2C, conforme divulgado, em nota explicativa, a partir de 30 de setembro de 2020.

i) Patrimônio líquido

Reserva de lucros

Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

i) Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal

A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Dividendos

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, sobre os lucros do exercício, após deduzido 5% para constituição da reserva legal, são calculados dividendos mínimos obrigatórios de 35%.

Tendo por base o disposto na Lei das sociedades porá ações, os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da assembleia geral de acionistas que houver aprovado a distribuição, são considerados prescritos.

Em linha com o seu estatuto social, que prevê a reversão dos dividendos prescritos em favor da Entidade, a Companhia assim procede, realizando a baixa do passivo de dividendos prescritos, tendo como contrapartida rubrica específica no resultado do exercício.

Valores a restituir aos acionistas

Para os casos de grupamentos ou conversões de ações realizados pela Companhia, conforme autorizado pela legislação societária e pelos Órgãos da Administração, sempre com a comunicação oficial, legalmente requerida, cálculos são realizados para as frações de ações resultantes, apurando-se os valores a restituir aos acionistas envolvidos.

As frações de ações são convertidos em valores com base no VPA - Valor Patrimonial da Ação aplicável à época da operação. Com o montante apurado, uma obrigação de restituição aos acionistas é contabilmente reconhecida pela Companhia.

Após a conclusão dos atos societários aplicáveis aos grupamentos ou conversões de ações e tendo completados os prazos previstos como parte dessas operações, os valores são pagos ou colocados à disposição dos acionistas.

Os valores não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data oficialmente comunicada, são considerados prescritos pela Companhia, sendo o passivo correspondente baixado em contrapartida do resultado do exercício.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

j) Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03.

k) Arrendamento

Ao firmar os contratos, a Companhia e suas controladas avaliam se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Os seguintes requisitos são considerados na avalição dos contratos de arrendamento:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20 (vinte mil reais).

Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

k) Arrendamento--Continuação

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

• Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber;

• Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;

• O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;

• O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e

• Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que:

• O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.

•Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

• O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

k) Arrendamento--Continuação

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25).

Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1).

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos.

Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3. Sumário das principais políticas contábeis - Continuação

l) Novas normas e interpretações

i) Normas novas ou revisadas em vigor no exercício de 2020:

- CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatórios financeiros.
- Alteração à IFRS 16 (CPC 06) - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19.

ii) Normas novas, emitidas e ainda não aplicáveis

As principais normas novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até à data de emissão dessas demonstrações financeiras são as apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas novas ou alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 17	Contratos de Seguros
- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
- Alterações à IFRS 3	Definição de negócios
- Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de “material” (materialidade)
- Alteração à IAS 1 (CPC 26)	Classificação do passivo em circulante ou não circulante
- Alteração à IAS 16 (CPC 27)	Receitas geradas pelo imobilizado antes da sua colocação no uso pretendido

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e bancos	**4.746**	10.946	**4.143**	8.110
Aplicações de liquidez imediata	**607.306**	413.427	**530.276**	369.393
	612.052	424.373	**534.419**	377.503

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário) e Operações Compromissadas (títulos emitidos pelos bancos, lastreados por títulos privados ou públicos, registrados na CETIP), remuneradas por uma taxa média de 104,6% do CDI no individual e 104,2% do CDI no consolidado.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 31c.

5. Aplicações financeiras de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia possuíam aplicações financeiras de liquidez não imediata, as quais estavam dadas em garantia de processos judiciais envolvendo essas sociedades.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Aplicações de longo prazo:				
Algar Telecom	**1.020**	998	**1.020**	998
Algar Multimídia	**1.334**	1.318	**-**	-
Total das aplicações de longo prazo	**2.354**	2.316	**1.020**	998

6. Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Valores faturados	**549.148**	362.402	**363.972**	224.902
Valores não faturados	**183.679**	213.705	**97.466**	126.656
	732.827	576.107	**461.438**	351.558
Ajuste a valor presente	**(17.719)**	(3.789)	**(13.158)**	(3.032)
Provisão para perda esperada	**(70.147)**	(70.418)	**(59.335)**	(56.055)
	644.961	501.900	**388.945**	292.471
Ativo circulante	**517.896**	477.254	**294.142**	272.322
Ativo não circulante	**127.065**	24.646	**94.803**	20.149

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes, estão divulgadas na nota explicativa nº 31a.

a) A composição por idade dos valores a receber vencidos e saldo dos valores a vencer é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Vencidos até 30 dias	**60.417**	57.673	**37.859**	39.197
Vencidos entre 31 e 60 dias	**24.556**	22.237	**14.701**	13.826
Vencidos entre 61 e 90 dias	**13.589**	12.433	**8.247**	7.940
Vencidos entre 91 e 120 dias	**11.715**	8.892	**6.519**	6.008
Vencidos há mais de 120 dias	**114.755**	113.920	**82.101**	85.448
Total vencidos	**225.032**	215.155	**149.427**	152.419
Valores faturados a vencer	**324.116**	147.247	**214.545**	72.483
Valores não faturados	**183.679**	213.705	**97.466**	126.656
	732.827	576.107	**461.438**	351.558

6. Contas a receber—Continuação

b) A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	**(70.418)**	(99.101)	**(56.055)**	(76.782)
Constituição de provisão no exercício	**(40.042)**	(21.390)	**(32.260)**	(17.608)
Baixas contra contas a receber	**40.313**	46.903	**28.980**	38.335
Baixa pela exclusão da Algar TI da consolidação (cisão em dez/19)	**-**	3.170	**-**	-
Saldo Final	**(70.147)**	(70.418)	**(59.335)**	(56.055)

7. Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
ICMS - ativo imobilizado (i)	**135.578**	131.220	**65.163**	73.717
PIS/COFINS (ii)	**217.445**	253.359	**176.134**	252.842
IRPJ/CSLL	**18.577**	10.073	**17.044**	9.094
INSS	**2.407**	2.341	**2.043**	1.991
ISS	**188**	281	**154**	278
Outros	**1.440**	959	**638**	455
	375.635	398.233	**261.176**	338.377
Ativo circulante	**194.548**	154.170	**137.563**	130.689
Ativo não circulante	**181.087**	244.063	**123.613**	207.688

(i) Os valores correspondentes ao "ICMS - ativo imobilizado" referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) O saldo é composto, principalmente de créditos tributários da Algar Telecom e da Algar Multimídia, atualizados monetariamente, conforme processos transitados em julgado, que solicitaram junto à Justiça Federal, o reconhecimento de inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS. Os julgamentos favoráveis às duas empresas ocorreram, respectivamente, em 27/06/2019 e 02/12/2020.

Em 29/10/2019 a Companhia obteve, da Justiça Federal, a autorização para o início da compensação do crédito a qual estima-se ocorrer num prazo de 37 meses. Até à emissão dessas demonstrações financeiras a Algar Multimídia ainda não tinha obtido essa autorização.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Comissões sobre vendas (CPC 47) (i)	**120.111**	86.440	**63.191**	52.872
Licenças de softwares	**5.418**	5.844	**4.533**	5.525
Taxas ANATEL	**15.140**	6.410	**15.140**	6.304
Seguros a apropriar	**1.151**	855	**842**	621
Subsídios de aparelhos celulares	**1.724**	2.591	**1.724**	2.591
Consultoria de projetos	**-**	7.296	**-**	7.296
Outras	**3.391**	3.030	**3.311**	2.817
	146.935	112.466	**88.741**	78.026
Passivo circulante	**81.555**	78.655	**59.358**	57.392
Passivo não circulante	**65.380**	33.811	**29.383**	20.634

(i) Refere-se ao custo incremental por obtenção de contratos, reconhecido conforme disposto no CP 47- Receita de contrato com cliente. As apropriações ocorrerão em bases sistemáticas consistentes com as transferências dos serviços ao cliente, tendo como base o prazo médio estimado para os contratos.

Em 2020, a Companhia revisou o prazo médio dos contratos, utilizando metodologias estatísticas com técnicas de análise de sobrevivência, resultando numa atualização, principalmente para o segmento B2B, do prazo médio esperado para a amortização dos ativos.

O aumento do saldo contábil em relação ao ano anterior deve-se, ao aumento das operações, bem como o aumento do prazo de apropriação desta rubrica.

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Imposto de renda e contribuição social	**(15.556)**	(73.014)	**-**	(7.458)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	**13.002**	61.767	**-**	145
	(2.554)	(11.247)	**-**	(7.313)
Saldo ativo circulante (i)	**-**	16	**-**	-
Saldo passivo circulante	**(2.554)**	(11.263)	**-**	(7.313)

(i) O valor R$ 16, referente a 31/12/2019, consolidado) está incluído na rubrica de outros créditos, no ativo circulante, em razão da imaterialidade apresentada.

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo				
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	**19.224**	23.137	**18.592**	15.913
Provisões e outras	**88.870**	67.443	**65.165**	52.551
IR diferido - CPC06 - IFRS16	**5.563**	3.008	**4.177**	2.179
	113.657	93.588	**87.934**	70.643
Contribuição social:				
Base negativa	**8.452**	7.496	**8.452**	7.496
Provisões e outras	**29.845**	22.815	**23.459**	18.918
CSLL diferida - CPC06 - IFRS16	**1.982**	1.064	**1.504**	784
	40.279	31.375	**33.415**	27.198
Total do ativo não circulante	**153.936**	124.963	**121.349**	97.841
Passivo				
Imposto de renda:				
Exclusões temporárias	**1.468**	1.615	**-**	-
Custo atribuído a ativos	**1.045**	1.052	**1.045**	1.052
Lei 11.638/2007 e outros	**137.221**	115.472	**87.202**	78.216
IRPJ diferido - CPC47	**30.028**	21.610	**15.798**	13.218
IRPJ diferido - CPC48	**4.223**	5.472	**1.812**	4.211
	173.995	145.221	**105.857**	96.697
Contribuição social:				
Exclusões temporárias	**341**	-	**-**	-
Custo atribuído a ativos	**376**	379	**376**	379
Lei 11.638/2007 e outros	**44.212**	38.602	**31.393**	28.157
CSLL diferida - CPC47	**9.156**	6.832	**5.687**	4.758
CSLL diferida - CPC48	**1.122**	1.899	**652**	1.516
	55.207	47.712	**38.108**	34.810
Total do passivo não circulante	**229.202**	192.933	**143.965**	131.507
Saldo passivo não circulante, líquido	**(75.266)**	(67.970)	**(22.616)**	(33.666)

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, (consolidado) está apresentada no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
2020	**-**	36.304
2021	**39.882**	41.010
2022	**43.350**	47.649
2023	**57.426**	-
2024	**13.278**	-
	153.936	124.963

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Tributos sobre o resultado

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Corrente:				
Imposto de renda	**(62.807)**	(87.312)	**(10.146)**	(30.786)
Contribuição social	**(17.917)**	(31.083)	**(3.612)**	(11.394)
	(80.724)	(118.395)	**(13.758)**	(42.180)
Diferido:				
Imposto de renda	**(8.735)**	(24.804)	**8.132**	(21.067)
Contribuição social	**1.439**	(11.084)	**2.919**	(7.944)
	(7.296)	(35.888)	**11.051**	(29.011)
	(88.020)	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Imposto de renda	**(71.542)**	(112.116)	**(2.014)**	(51.853)
Contribuição social	**(16.478)**	(42.167)	**(693)**	(19.338)
	(88.020)	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)

d) Demonstração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e da equivalência patrimonial	**290.396**	456.999	**5.489**	196.925
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(98.735)**	(155.380)	**(1.866)**	(66.955)
Incentivos fiscais: inovação tecnológica	**-**	2.691	**-**	501
Baixa de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, por cisão na Algar Telecom	**-**	(5.265)	**-**	(5.265)
Efeito de isenção de contribuição social	**9.983**	-	-	-
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	**1.895**	3.384	**-**	1.238
Outras adições e exclusões permanentes	**(1.842)**	-	**(860)**	-
Outros ajustes	**679**	287	**19**	(710)
Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	**(88.020)**	(154.283)	**(2.707)**	(71.191)
Alíquota efetiva	**30,31%**	33,76%	**49,32%**	36,15%

10. Investimentos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Participação em empresas controladas:				
Investimento pela equivalência patrimonial	**-**	-	**1.440.711**	1.220.937
Mais-valia sobre ativos de sociedade adquirida	**-**	-	**17.056**	19.082
Ágio (*goodwill)* na aquisição de sociedade	**-**	-	**21.149**	21.149
Outros investimentos	**126**	126	**-**	-
	126	126	**1.478.916**	1.261.168

10. **Investimentos**--Continuação

a) Mutação dos investimentos

	Algar Multimídia	Algar Soluções	Algar TI	Smart	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	780.953	260.792	280.059	-	1.321.804
Adiantamento para futuro aumento de capital, capitalizado no período	-	17.000	-	-	17.000
Adiantamento para futuro aumento de capital, a capitalizar	-	67.300	-	7.000	74.300
Aquisição de sociedade - Investimento pela equivalência patrimonial junho/19 – Smart	-	-	-	1.449	1.449
Aquisição de sociedade - Mais valia – Smart	-	-	-	20.066	20.066
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	-	(984)	(984)
Aquisição de sociedade - Ágio *(goodwill*) – Smart	-	-	-	21.149	21.149
Dividendos adicionais de 2018, aprovados	(13.827)	(132)	(4.699)		(18.658)
Distribuição de lucros retidos, recebidos	(58.000)	-	-	-	(58.000)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	(40.291)	(327)	-	-	(40.618)
Equivalência patrimonial	164.048	1.377	11.187	370	176.982
Equivalência patrimonial sobre ajuste de conversão de balanços de controladas	-	-	547	-	547
Efeito de ajuste no patrimônio líquido de controlada	32.419	-	(358)	806	32.867
Baixa conf. cisão do investimento em Dez/2019	-	-	(286.736)	-	(286.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	865.302	346.010	-	49.856	1.261.168
Equivalência patrimonial	**112.582**	**83.300**	**-**	**3.712**	**199.594**
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, já capitalizado	**-**	**10.000**	**-**	**-**	**10.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital no período, a capitalizar	**-**	**60.000**	**-**	**12.000**	**72.000**
Dividendos adicionais de 2019, aprovados	**(14.255)**	**(131)**	**-**	**-**	**(14.386)**
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020	**(27.651)**	**(19.784)**	**-**	**-**	**(47.435)**
Amortização de Mais valia – Smart	**-**	**-**	**-**	**(2.025)**	**(2.025)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**935.978**	**479.395**	**-**	**63.543**	**1.478.916**

b) Informações sobre as controladas diretas, com base nas Informações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e de 2019

	31/12/2020		
	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart
Ativo circulante	**271.625**	**115.411**	**20.684**
Ativo não circulante	**1.007.555**	**469.966**	**41.168**
Total do ativo	**1.279.180**	**585.377**	**61.852**
Passivo circulante	**198.500**	**83.336**	**5.901**
Passivo não circulante	**144.702**	**22.646**	**30.614**
Patrimônio líquido	**935.978**	**479.395**	**25.337**
Capital social	**439.577**	**342.980**	**9.500**
Receita líquida	**635.041**	**247.687**	**19.667**
Resultado líquido do exercício	**112.582**	**83.300**	**3.713**

10. **Investimentos**--Continuação

	31/12/2019			
	Algar Multimídia	**Algar Soluções**	**Smart**	**Algar TI Consultoria**
			(i)	**(ii)**
Ativo circulante	250.179	52.381	8.414	-
Ativo não circulante	927.014	350.940	39.599	-
Total do ativo	1.177.193	403.321	48.013	-
Passivo circulante	189.319	46.212	3.990	-
Passivo não circulante	122.572	11.099	34.399	-
Patrimônio líquido	865.302	346.010	9.624	-
Capital social	439.577	265.680	2.500	-
Receita líquida	665.529	105.464	10.143	202.364
Resultado líquido do exercício	164.049	1.377	370	11.089

(i) Sociedade adquirida em julho de 2019.
(ii) Em 02/12/2019 foi realizada a cisão do investimento referente à participação societária da Algar Telecom na Algar TI. Em razão dessa operação, os saldos dos grupos contábeis do balanço patrimonial de 31/12/2019 não estão sendo apresentados.

	Individual		
	31/12/2020 e 31/12/2019		
	Algar Multimídia	**Algar Soluções**	**Smart**
Quantidade de ações ou quotas possuídas:			
Ações ON	41.015	8	
Ações PN	21.250	-	
Quotas	-	-	2.499.999
	62.265	8	2.499.999
Percentual de participação direta da controladora:			
No capital social	100%	100%	100%
No capital votante	100%	100%	100%

11. Imobilizado

a) Imobilizado - Valor líquido contábil - consolidado:

	Consolidado											
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
					31/12/2020							
Custo	**172.169**	**373.183**	**736.140**	**2.290.901**	**129.941**	**169.418**	**7.679**	**99.738**	**1.007.984**	**16.820**	**216.842**	**5.220.815**
Depreciação acumulada	**(83.614)**	**(314.117)**	**(278.126)**	**(1.135.241)**	**(83.774)**	**(98.813)**	**(4.926)**	**(73.469)**	**(634.791)**	**-**	**-**	**(2.706.871)**
Imobilizado líquido	**88.555**	**59.066**	**458.014**	**1.155.660**	**46.167**	**70.605**	**2.753**	**26.269**	**373.193**	**16.820**	**216.842**	**2.513.944**
					31/12/2019							
Custo	162.171	351.810	601.916	2.103.922	114.610	171.008	12.842	97.575	906.675	16.820	375.765	4.915.114
Depreciação acumulada	(75.901)	(303.357)	(226.638)	(1.038.791)	(75.067)	(93.044)	(8.048)	(66.666)	(540.076)	-	-	(2.427.588)
Imobilizado líquido	86.270	48.453	375.278	1.065.131	39.543	77.964	4.794	30.909	366.599	16.820	375.765	2.487.526

11. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação do custo - consolidado

	Consolidado											
	Edifícios e benfeitorias	**Equipamentos de comutação**	**Equipamentos de terminais**	**Equipamentos e meios de transmissão**	**Equipamentos de energia e climatização**	**Infraestrutura**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de processamento de dados e outros**	**Terrenos**	**Obras em andamento e outros**	**Total**
31/12/2018	293.787	351.522	495.780	1.898.829	183.914	161.752	25.293	121.845	885.882	27.822	443.043	4.889.469
Adições	32	72	-	57	-	1.457	26	22	684	-	664.039	666.389
Baixas	(1)	(4.135)	(60.213)	(21.218)	(2.537)	(296)	(9.006)	(1.230)	(8.069)	-	(42)	(106.747)
Provisão para perda - TV	(2.785)	-	(62.069)	(46.120)	(2.230)	(435)	-	(2.874)	(4.355)	-	(9.596)	(130.464)
Aquisição da Smart	2	-	-	172	-	1.465	39	135	565	-	2.049	4.427
Mais valia na aquisição da Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.879	3.879
Transferências *	12.765	4.351	240.268	272.444	11.534	7.065	256	12.683	153.241	-	(721.576)	(6.969)
Cisão – baixa de saldos consolidados da Algar TI	(141.629)	-	(11.850)	(242)	(76.071)	-	(3.766)	(33.006)	(121.273)	(11.002)	(6.031)	(404.870)
31/12/2019	162.171	351.810	601.916	2.103.922	114.610	171.008	12.842	97.575	906.675	16.820	375.765	4.915.114
Adições	**76**	**-**	**2**	**22**	**38**	**3**	**-**	**13**	**1.127**	**-**	**380.513**	**381.794**
Baixas	**(316)**	**(5.783)**	**(113.181)**	**(41.960)**	**(3.672)**	**(430)**	**(5.174)**	**(2.190)**	**(11.014)**	**-**	**-**	**(183.720)**
Provisão para perda	**-**	**-**	**(4.815)**	**(13.017)**	**(868)**	**(47)**		**(1.455)**	**(660)**	**-**	**-**	**(20.862)**
Reversão de provisão	**2.786**	**-**	**62.069**	**46.120**	**2.230**	**435**	**-**	**2.874**	**4.355**	**-**	**-**	**120.869**
Transferências *	**7.452**	**27.156**	**190.149**	**195.814**	**17.603**	**(1.551)**	**11**	**2.921**	**107.501**	**-**	**(539.436)**	**7.620**
31/12/2020	**172.169**	**373.183**	**736.140**	**2.290.901**	**129.941**	**169.418**	**7.679**	**99.738**	**1.007.984**	**16.820**	**216.842**	**5.220.815**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

11. Imobilizado--Continuação

c) Movimentação da depreciação - consolidado

	Consolidado									
	Edifícios e benfeitorias	**Equipamentos de comutação**	**Equipamentos de terminais**	**Equipamentos e meios de transmissão**	**Equipamentos de energia e climatização**	**Infraestrutura**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de processamento de dados e outros**	**Total**
31/12/2018	(105.340)	(288.885)	(253.166)	(993.292)	(96.096)	(86.416)	(13.991)	(82.744)	(508.491)	(2.428.421)
Adições	(8.313)	(18.596)	(76.868)	(95.477)	(13.733)	(6.268)	(1.921)	(8.417)	(105.558)	(335.151)
Baixas	12	3.651	51.305	20.028	2.202	256	5.978	872	6.941	91.245
Provisão para perda - TV	1.109	-	33.581	28.011	1.327	337	-	2.297	2.094	68.756
Aquisição da Smart	(1)	-	-	(172)	-	(282)	(39)	(22)	(909)	(1.425)
Transferências	(20)	473	9.470	1.759	(22)	(671)	11	(290)	(10.710)	0
Cisão - baixa de saldo consolidados da Algar TI	36.652	-	9.040	352	31.255	-	1.914	21.638	76.557	177.408
31/12/2019	(75.901)	(303.357)	(226.638)	(1.038.791)	(75.067)	(93.044)	(8.048)	(66.666)	(540.076)	(2.427.588)
Adições	**(6.649)**	**(16.494)**	**(101.160)**	**(104.912)**	**(10.731)**	**(6.149)**	**(422)**	**(7.464)**	**(101.913)**	**(355.894)**
Baixas	**45**	**5.734**	**79.335**	**26.167**	**2.969**	**263**	**3.544**	**1.672**	**8.969**	**128.698**
Provisão para perda	**-**	**-**	**3.720**	**10.390**	**631**	**44**	-	**1.201**	**555**	**16.541**
Reversão de provisão	**(1.109)**	**-**	**(33.581)**	**(28.011)**	**(1.327)**	**(337)**	**-**	**(2.296)**	**(2.095)**	**(68.756)**
Transferências *	**-**	**-**	**198**	**(84)**	**(249)**	**410**	**-**	**84**	**(231)**	**128**
31/12/2020	**(83.614)**	**(314.117)**	**(278.126)**	**(1.135.241)**	**(83.774)**	**(98.813)**	**(4.926)**	**(73.469)**	**(634.791)**	**(2.706.871)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

11. **Imobilizado**--Continuação

d) Imobilizado - Valor líquido contábil - individual:

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	**Equipamentos de comutação**	**Equipamentos de terminais**	**Equipamentos e meios de transmissão**	**Equipamentos de energia e climatização**	**Infraestrutura**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de processamento de dados e outros**	**Terrenos**	**Obras em andamento e outros**	**Total**
					31/12/2020							
Custo	**131.746**	**371.388**	**536.004**	**1.493.955**	**90.767**	**114.196**	**5.563**	**72.891**	**520.646**	**11.918**	**77.588**	**3.426.662**
Depreciação acumulada	**(65.711)**	**(312.466)**	**(214.569)**	**(852.560)**	**(63.206)**	**(76.034)**	**(3.621)**	**(58.546)**	**(385.545)**	**-**	**-**	**(2.032.258)**
Saldo líquido	**66.035**	**58.922**	**321.435**	**641.395**	**27.561**	**38.162**	**1.942**	**14.345**	**135.101**	**11.918**	**77.588**	**1.394.404**
					31/12/2019							
Custo	122.854	349.990	493.805	1.404.254	82.326	114.168	9.506	71.390	485.446	11.918	193.217	3.338.874
Depreciação acumulada	(59.625)	(301.741)	(184.082)	(792.990)	(57.553)	(72.247)	(6.160)	(54.236)	(343.063)	-	-	(1.871.697)
Saldo líquido	63.229	48.249	309.723	611.264	24.773	41.921	3.346	17.154	142.383	11.918	193.217	1.467.177

11. Imobilizado--Continuação

e) Movimentação do custo - individual

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	**Equipamentos de comutação**	**Equipamentos de terminais**	**Equipamentos e meios de transmissão**	**Equipamentos de energia e climatização**	**Infraestrutura**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de processamento de dados e outros**	**Terrenos**	**Obras em andamento e outros**	**Total**
31/12/2018	122.120	349.800	425.502	1.317.473	78.902	110.650	12.795	69.261	425.850	11.918	254.687	3.178.958
Adições	-	-	-	209	-	-	16	-	460	-	387.232	387.917
Baixas	-	(4.062)	(58.296)	(20.048)	(2.090)	(261)	(3.459)	(446)	(3.250)	-	(7)	(91.919)
Provisão para perda - TV	(2.785)	-	(62.069)	(46.120)	(2.230)	(435)	-	(2.874)	(4.355)	-	(9.596)	(130.464)
Transferências *	3.519	4.252	188.668	152.740	7.744	4.214	154	5.449	66.741	-	(439.099)	(5.618)
31/12/2019	122.854	349.990	493.805	1.404.254	82.326	114.168	9.506	71.390	485.446	11.918	193.217	3.338.874
Adições	**76**	**-**	**2**	**22**	**38**	**3**	**-**	**13**	**1.127**	**-**	**143.511**	**144.792**
Baixas	**(76)**	**(5.761)**	**(109.468)**	**(39.119)**	**(2.296)**	**(318)**	**(3.954)**	**(1.620)**	**(5.119)**	**-**	**-**	**(167.731)**
Provisão para perda			**(4.733)**	**(13.017)**	**(868)**	**(47)**		**(1.454)**	**(660)**			**(20.779)**
Reversão de Provisão	**2.785**	**-**	**62.068**	**46.120**	**2.231**	**435**	**-**	**2.874**	**4.355**	**-**	**-**	**120.868**
Transferências *	**6.107**	**27.159**	**94.330**	**95.695**	**9.336**	**(45)**	**11**	**1.688**	**35.497**	**-**	**(259.140)**	**10.638**
31/12/2020	**131.746**	**371.388**	**536.004**	**1.493.955**	**90.767**	**114.196**	**5.563**	**72.891**	**520.646**	**11.918**	**77.588**	**3.426.662**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

11. **Imobilizado**--Continuação

f) Movimentação da depreciação - individual

	Individual									
	Edifícios e benfeitorias	**Equipamentos de comutação**	**Equipamentos de terminais**	**Equipamentos e meios de transmissão**	**Equipamentos de energia e climatização**	**Infraestrutura**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Equipamentos de processamento de dados e outros**	**Total**
31/12/2018	(56.268)	(287.316)	(212.170)	(780.369)	(54.556)	(68.271)	(7.513)	(52.144)	(293.686)	(1.812.293)
Adições	(4.459)	(18.547)	(65.292)	(61.557)	(6.288)	(3.891)	(968)	(4.469)	(43.815)	(209.286)
Baixas	-	3.649	50.329	19.107	1.974	243	2.321	435	3.068	81.126
Provisão para perda – TV	1.109	-	33.581	28.011	1.327	337	-	2.297	2.094	68.756
Transferências *	(7)	473	9.470	1.818	(10)	(665)	-	(355)	(10.724)	-
31/12/2019	(59.625)	(301.741)	(184.082)	(792.990)	(57.553)	(72.247)	(6.160)	(54.236)	(343.063)	(1.871.697)
Adições	**(4.991)**	**(16.451)**	**(77.442)**	**(67.067)**	**(7.147)**	**(3.750)**	**(178)**	**(4.612)**	**(44.696)**	**(226.334)**
Baixas	**14**	**5.726**	**76.265**	**25.317**	**2.190**	**229**	**2.717**	**1.302**	**4.192**	**117.952**
Provisão para perda	**-**	**-**	**3.645**	**10.390**	**631**	**44**	**-**	**1.202**	**554**	**16.466**
Reversão de Provisão	**(1.109)**	**-**	**(33.581)**	**(28.011)**	**(1.327)**	**(337)**	**-**	**(2.297)**	**(2.095)**	**(68.757)**
Transferências *	**-**	**-**	**626**	**(199)**	**-**	**27**	**-**	**95**	**(437)**	**112**
31/12/2020	**(65.711)**	**(312.466)**	**(214.569)**	**(852.560)**	**(63.206)**	**(76.034)**	**(3.621)**	**(58.546)**	**(385.545)**	**(2.032.258)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

11. Imobilizado - Continuação

Informações complementares sobre o ativo imobilizado

g) Bens vinculados à concessão

Os contratos de concessão do STFC - "Serviço Telefônico Fixo Comutado" preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável.

Os valores de 2019 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2020. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2020, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2021, conforme regulamentação.

	Consolidado					
	31/12/2020			**31/12/2019**		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Edifícios e benfeitorias	**43.196**	**(18.104)**	**25.092**	42.138	(17.056)	25.082
Equipamentos de energia e climatização	**66.305**	**(50.173)**	**16.132**	67.346	(47.224)	20.122
Equipamentos de comutação	**215.240**	**(182.000)**	**33.240**	198.486	(182.755)	15.731
Equipamentos de processamento de dados	**126.131**	**(99.153)**	**26.978**	124.572	(88.249)	36.323
Equipamentos e meios de transmissão	**849.145**	**(617.784)**	**231.361**	832.233	(600.514)	231.719
Equipamentos de terminais	**97.320**	**(57.004)**	**40.316**	104.253	(57.680)	46.573
Infraestruturas	**97.941**	**(65.935)**	**32.006**	98.771	(63.030)	35.741
Licenças de concessão PPDUR	**5.588**	**(4.006)**	**1.582**	5.588	(3.704)	1.884
Móveis e utensílios	**29.533**	**(25.917)**	**3.616**	29.747	(25.274)	4.473
Outorgas regulatórias	**2.820**	**(2.497)**	**323**	2.820	(2.444)	376
Sistemas de informação	**237.823**	**(203.253)**	**34.570**	228.324	(189.307)	39.017
Terrenos	**11.570**	**-**	**11.570**	11.570	-	11.570
Veículos	**4.923**	**(3.154)**	**1.769**	8.031	(5.192)	2.839
	1.787.535	**(1.328.980)**	**458.555**	1.753.879	(1.282.429)	471.450

11. Imobilizado - Continuação

h) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de processamento de dados	**412**	**(250)**	**162**	333	(198)	135
Equipamentos e meios de transmissão	**112**	**(67)**	**45**	112	(57)	55
Terrenos	**36**		**36**	36	-	36
Veículos	**80**	**(38)**	**42**	163	(92)	71
	640	**(355)**	**285**	644	(347)	297

i) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R$ 3.301 (R$ 11.744 em 2019), o que corresponde a 33% (55% em 2019) do total de juros contabilizados e passíveis de capitalização. No consolidado o valor somou R$ 3.301 (R$ 12.166 em 2019), com percentual de 33% (31% em 2019).

j) Ociosidade de ativos

A Companhia e suas controladas não possuíam ativos imobilizados relevantes que estivessem na condição de ociosos em 31 de dezembro de 2020.

k) Imobilizado em andamento

Os principais projetos que compõem o grupo de “Obras em andamento” são:

	31/12/2020		31/12/2019	
Descrição	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**
Investimento para atendimento de clientes	**111.165**	**28.033**	188.415	54.122
Investimentos de melhorias de rede	**26.058**	**16.873**	75.550	54.389
Investimento na rede Ultra Banda Larga	**11.892**	**12.190**	58.223	58.178
Investimentos de expansão de rede	**2.735**	**2.127**	6.100	3.795
Investimentos de Infra para TI	**4.932**	**2.863**	1.097	889
Aparelhos e materiais imobilizados	**54.250**	**14.538**	41.112	18.494
Outros	**5.810**	**964**	5.268	3.350
	216.842	**77.588**	375.765	193.217

12. Intangível

a) Intangível – valor líquido contábil – consolidado

	Consolidado									
	Marcas e patentes	**PPDUR - Preço público rádio frequência**	**Direito de uso - backbone**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Mais valia na aquisição de sociedades**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Intangível em andamento**	**Total**
					31/12/2020					
Custo	**6**	**6.224**	**107.727**	**122.024**	**605.334**	**7.199**	**16.187**	**90.642**	**33.010**	**988.353**
Amortização acumulada	**(6)**	**(4.413)**	**(49.829)**	**(68.926)**	**(448.749)**	**(1.015)**	**(3.010)**	**(10.567)**	**-**	**(586.515)**
Saldo líquido	**-**	**1.811**	**57.898**	**53.098**	**156.585**	**6.184**	**13.177**	**80.075**	**33.010**	**401.838**
					31/12/2019					
Custo	6	6.287	86.114	122.024	559.312	-	16.187	90.642	47.972	928.544
Amortização acumulada	(6)	(4.141)	(46.428)	(60.567)	(402.102)	-	(984)	(10.567)	-	(524.795)
Saldo líquido	-	2.146	39.686	61.457	157.210	-	15.203	80.075	47.972	403.749

12. **Intangível**--Continuação

b) Movimentação do custo - consolidado

	Consolidado										
	Marcas e patentes	**PPDUR - Preço público rádio frequência**	**Direito de uso - backbone**	**Direito de uso TV por satélite - DTH**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Mais valia na aquisição de sociedades**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Intangível em andamento**	**Total**
31/12/2018	6	6.099	83.737	497	118.611	636.224	-	37.038	264.028	48.740	1.194.980
Adições		-	-	-	-	99	-	-	-	74.365	74.464
Baixas		-	-	-	-	(1.737)	-	-	(102.788)	-	(104.525)
Cisão - baixa de saldos consolidados da Algar TI	-		-	-	-	(134.323)	-	(37.038)	(91.747)	(10.622)	(273.730)
Provisão para perda – TV	-	-	-	(497)	(9)	(6.444)	-	-	-	-	(6.950)
Mais valia e Ágio (goodwill) na aquisição da Smart	-	-	-	-	-	-	-	16.187	21.149	-	37.336
Transferências *		188	2.377	-	3.422	65.493		-	-	(64.511)	6.969
31/12/2019	6	6.287	86.114	-	122.024	559.312	-	16.187	90.642	47.972	928.544
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**439**	**-**	**-**	**-**	**79.465**	**79.904**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17.232)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17.232)**
Provisão para perda – TV	**-**	**-**	**-**	**(497)**	**(9)**	**(1.687)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2.193)**
Reversão de provisão	**-**	**-**	**-**	**497**	**9**	**6.444**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.950**
Transferências *	**-**	**(63)**	**21.613**	**-**	**-**	**58.058**	**7.199**	**-**	**-**	**(94.427)**	**(7.620)**
31/12/2020	**6**	**6.224**	**107.727**	**-**	**122.024**	**605.334**	**7.199**	**16.187**	**90.642**	**33.010**	**988.353**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

12. **Intangível**--Continuação

c) Movimentação da amortização - consolidado

	Consolidado									
	Marcas e patentes	**PPDUR - Preço público rádio frequência**	**Direito de uso - backbone**	**Direito de uso TV por satélite - DTH**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Mais valia na aquisição de sociedades**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Total**
31/12/2018	(6)	(3.787)	(43.067)	(423)	(52.165)	(430.668)	-	(18.451)	(96.740)	(645.307)
Adições	-	(354)	(3.366)	(33)	(8.411)	(66.290)	-	(4.343)	-	(82.797)
Baixas	-	-	-	-	-	1.733	-	-	86.173	87.906
Cisão - baixa de saldos consolidados da Algar TI	-	-	165	-	-	87.178	-	21.810	-	109.153
Provisão para perda - TV	-	-	(118)	456	9	5.921	-	-	-	6.268
Aquisição Smart - base jun/19	-	-	-	-	-	(18)	-	-	-	(18)
Transferências *	-	-	(42)	-	-	42	-	-	-	-
31/12/2019	(6)	(4.141)	(46.428)	-	(60.567)	(402.102)	-	(984)	(10.567)	(524.795)
Adições	**-**	**(335)**	**(3.401)**	**(31)**	**(8.359)**	**(58.690)**	**(1.015)**	**(2.025)**	**-**	**(73.856)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.532**	**-**	**-**	**-**	**16.532**
Provisão para perda - TV	**-**	**-**		**369**	**9**	**1.622**	**-**	**-**	**-**	**2.000**
Reversão de provisão	**-**	**-**	**-**	**(338)**	**(9)**	**(5.921)**	**-**	**-**	**-**	**(6.268)**
Transferências *	**-**	**63**	**-**	**-**	**-**	**(190)**	**-**	**(1)**	**-**	**(128)**
31/12/2020	**(6)**	**(4.413)**	**(49.829)**	**-**	**(68.926)**	**(448.749)**	**(1.015)**	**(3.010)**	**(10.567)**	**(586.515)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

12. **Intangível**--Continuação

d) Intangível – valor líquido contábil – individual

	Individual							
	PPDUR - Preço público rádio frequência	**Direito de uso - backbone**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Intangível em andamento**	**Total**
				31/12/2020				
Custo	**5.910**	**22.850**	**119.081**	**469.141**	**1.549**	**17.942**	**16.616**	**653.089**
Depreciação acumulada	**(4.226)**	**(2.268)**	**(66.461)**	**(357.889)**	**(153)**	**(1.733)**	**-**	**(432.730)**
Saldo líquido	**1.684**	**20.582**	**52.620**	**111.252**	**1.396**	**16.209**	**16.616**	**220.359**
				31/12/2019				
Custo	5.972	22.850	119.081	437.311	-	17.942	30.674	633.830
Depreciação acumulada	(3.972)	(1.262)	(58.133)	(320.989)	-	(1.733)	-	(386.089)
Saldo líquido	2.000	21.588	60.948	116.322	-	16.209	30.674	247.741

12. **Intangível**--Continuação

e) Movimentação do custo - individual

	Individual								
	PPDUR - Preço público rádio frequência	**Direito de uso - backbone**	**Direito de uso TV por satélite - DTH**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Intangível em andamento**	**Total**
31/12/2018	5.852	20.474	497	115.670	413.302	-	67.032	27.405	650.232
Adições	-	-	-	-	-	-	-	34.033	34.033
Baixas	-	-	-	-	(13)	-	(49.090)	-	(49.103)
Provisão para perda - TV	-	-	(497)	(9)	(6.444)	-	-	-	(6.950)
Transferências *	120	2.376	-	3.420	30.466	-	-	(30.764)	5.618
31/12/2019	5.972	22.850	-	119.081	437.311	-	17.942	30.674	633.830
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**439**	**-**	**-**	**34.135**	**34.574**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.434)**	**-**	**-**	**-**	**(9.434)**
Provisão para perda - TV	**-**	**-**	**(497)**	**(9)**	**(1.687)**	**-**	**-**	**-**	**(2.193)**
Reversão de provisão	**-**	-	**497**	**9**	**6.444**	**-**	**-**	**-**	**6.950**
Transferências *	**(62)**	**-**	**-**	**-**	**36.068**	**1.549**	**-**	**(48.193)**	**(10.638)**
31/12/2020	**5.910**	**22.850**	**-**	**119.081**	**469.141**	**1.549**	**17.942**	**16.616**	**653.089**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

12. **Intangível**--Continuação

f) Movimentação da amortização - individual

	Individual							
	PPDUR - Preço público rádio frequência	**Direito de uso - backbone**	**Direito de uso TV por satélite - DTH**	**Outorgas regulatórias**	**Sistemas de informação**	**Desenvolvimento de soluções tecnológicas**	**Ágio em investimentos na aquisição de sociedades**	**Total**
31/12/2018	(3.636)	(401)	(305)	(49.917)	(286.294)		(21.668)	(362.221)
Adições	(336)	(861)	(33)	(8.225)	(40.629)	-	-	(50.084)
Efeito de conversão	-	-	-	-	13	-	19.935	19.948
Transferências *	-	-	338	9	5.921	-	-	6.268
31/12/2019	(3.972)	(1.262)	-	(58.133)	(320.989)	-	(1.733)	(386.089)
Adições	**(316)**	**(1.006)**	**(31)**	**(8.328)**	**(41.781)**	**(153)**	**-**	**(51.615)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.354**	**-**	**-**	**9.354**
Provisão para perda TV	**9**	**-**	**369**	**-**	**1.622**	**-**	**-**	**2.000**
Reversão de provisão	(9)	-	**(338)**	**-**	**(5.921)**	**-**	**-**	**(6.268)**
Transferências *	**62**	**-**	**-**	**-**	**(174)**	**-**	**-**	**(112)**
31/12/2020	**(4.226)**	**(2.268)**	**-**	**(66.461)**	**(357.889)**	**(153)**	**(1.733)**	**(432.730)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

12. **Intangível**--Continuação

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro 2020, a recuperação do valor contábil de seus ativos, por meio da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, perspectivas de crescimento e resultados operacionais futuros, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

.

13. Ativo de direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)

	Consolidado			
	31/12/2020			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2020**
Movimentação do custo:				
Torres	118.676	190.513	(31.519)	**277.670**
Veículos	30.316	3.542	(4.718)	**29.140**
Imóveis	177.122	24.379	(14.824)	**186.677**
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	**64.012**
Fibras ópticas	58.282	16.322	-	**74.604**
Equipamentos	-	6.934	-	**6.934**
	414.786	276.073	(51.822)	**639.037**
Movimentação da depreciação:				
Torres	(22.257)	(30.487)	3.918	**(48.826)**
Veículos	(11.108)	(12.416)	3.457	**(20.067)**
Imóveis	(28.554)	(30.506)	2.362	**(56.698)**
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	**(3.900)**
Fibras ópticas	(6.546)	(6.985)	2	**(13.529)**
Equipamentos	-	(993)	-	**(993)**
	(70.459)	(84.054)	10.500	**(144.013)**
Saldo líquido	344.327	192.019	(41.322)	**495.024**

13. Ativo de direito de uso – CPC 06 (IFRS 16)--Continuação

	Individual			
	31/12/2020			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2020**
Movimentação do custo:				
Torres	116.447	189.833	(31.463)	**274.817**
Veículos	18.892	2.564	(2.461)	**18.995**
Imóveis	136.287	15.246	(10.385)	**141.148**
Usinas fotovoltaicas	30.390	34.383	(761)	**64.012**
	302.016	242.026	(45.070)	**498.972**
Movimentação da depreciação:				
Torres	(21.780)	(29.929)	3.918	**(47.791)**
Veículos	(6.781)	(7.702)	1.662	**(12.821)**
Imóveis	(20.179)	(20.852)	1.230	**(39.801)**
Usinas fotovoltaicas	(1.994)	(2.667)	761	**(3.900)**
	(50.734)	(61.150)	7.571	**(104.313)**
Saldo líquido	251.282	180.876	(37.499)	**394.659**

	Consolidado				
Movimentação do custo	31/12/2019				
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019)**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	118.676	-	-	-	118.676
Veículos	32.939	15.849	(2.128)	(16.344)	30.316
Imóveis	176.344	14.481	(4.855)	(8.848)	177.122
Usinas fotovoltaicas	30.390	-	-	-	30.390
Posição de atendimento	4.384	-	-	(4.384)	-
Fibras ópticas	62.038	-	(3.756)	-	58.282
Equipamentos	3.696	-	-	(3.696)	-
	428.467	30.330	(10.739)	(33.272)	414.786

	Consolidado				
Movimentação da depreciação	31/12/2019				
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019)**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	-	(22.257)	-	-	(22.257)
Veículos	-	(17.260)	758	5.394	(11.108)
Imóveis	-	(33.334)	1.365	3.415	(28.554)
Usinas fotovoltaicas	-	(1.994)	-	-	(1.994)
Posição de atendimento	-	(2.029)	-	2.029	-
Fibras ópticas	-	(6.546)	-	-	(6.546)
Equipamentos	-	(1.999)	-	1.999	-
	-	(85.419)	2.123	12.837	(70.459)
Valor líquido	428.467	(55.089)	(8.616)	(20.435)	344.327

13. Ativo de direito de uso - CPC 06 (IFRS 16)--Continuação

	Individual			
Movimentação do custo	**31/12/2019**			
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	116.447	-	-	116.447
Veículos	14.365	5.351	(824)	18.892
Imóveis	128.637	8.255	(605)	136.287
Usinas fotovoltaicas	30.390	-	-	30.390
	289.839	13.606	(1.429)	302.016

	Individual			
Movimentação da depreciação	**31/12/2019**			
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2019**
Torres	-	(21.780)	-	(21.780)
Veículos	-	(7.132)	351	(6.781)
Imóveis	-	(20.301)	122	(20.179)
Usinas fotovoltaicas	-	(1.994)	-	(1.994)
	-	(51.207)	473	(50.734)
Saldo	289.839	(37.601)	(956)	251.282

14. Empréstimos e financiamentos

As informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, são descritas a seguir. Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, sobre a exposição a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez estão na nota explicativa nº 31.

	Consolidado e Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Financiamento em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil financeiro - IAS17	**6.238**	7.804
	6.238	7.804
Passivo circulante	**1.469**	1.566
Passivo não circulante	**4.769**	6.238

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Pré-fixada	**6.238**	7.804
Total	**6.238**	7.804

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

		31/12/2020	
Juros	**Instituição financeira**	**Consolidado**	**Individual**
De 0,00% a 4,0%	SBA (Leasing)	**6.238**	**6.238**
Total		**6.238**	**6.238**

		31/12/2019	
Juros	**Instituição financeira**	**Consolidado**	**Individual**
De 0,00% a 4,0%	SBA (Leasing)	7.804	7.804
Total		7.804	7.804

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2020			31/12/2019	
	Consolidado	**Individual**		**Consolidado**	**Individual**
2022	**1.378**	**1.378**	2021	1.469	1.469
2023	**1.293**	**1.293**	2022	1.378	1.378
2024	**1.213**	**1.213**	2023	1.293	1.293
2025	**885**	**885**	2024	1.213	1.213
Após 2025	**-**	**-**	Após 2024	885	885
	4.769	**4.769**		6.238	6.238

15. Debêntures e notas promissórias

a) Debêntures

Em fevereiro de 2019, a Companhia realizou a sua 8ª emissão pública de debêntures não conversíveis, no valor de R$ 350.000, com a emissão de 35 mil debêntures, divididas em 2 séries. A primeira série com prazo de 5 anos e remuneração de CDI + 0,60% a.a., e a segunda série com prazo de 7 anos, e remuneração de CDI + 0,90% a.a. Os gastos incorridos com a emissão desta debênture foram de R$ 2.547. Os recursos captados foram utilizados para o financiamento de investimentos da Companhia.

A 9ª emissão de debêntures pela Companhia ocorreu em outubro de 2019, cuja captação foi de R$ 350.000, com a emissão de 350 mil debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. O prazo de vencimento é de 5 anos, com remuneração de CDI + 0,70% a.a. Os recursos captados com a Emissão foram utilizados nos programas de investimentos (CAPEX) da Companhia.

Em 10 de abril de 2020, a Companhia conclui a sua 10ª emissão de debêntures no valor de R$ 150.000. Foram emitidas 150 mil debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. As debêntures possuem prazo de vencimento de 1 ano e remuneração de CDI + 3,50% a.a. Os recursos captados com a Emissão têm como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia.

15. Debêntures e notas promissórias--Continuação

a) Debêntures--Continuação

Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, estão na nota explicativa nº 31.

Conforme Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, foi assinado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, onde foi deliberado, entre outros assuntos, a alteração do limite do Índice Financeiro "Dívida Financeira Líquida/EBITDA", passando de "menor ou igual a 2,25" para "menor ou igual a 3,00". Também foi aprovada a exclusão do termo "arrendamento mercantil" da definição de "Dívida Financeira Líquida. Adicionalmente, a referida assembleia aprovou a liberação da garantia fidejussória adicional prestada pela Garantidora no âmbito da Emissão, com a consequente exclusão das referências relacionadas à garantia e à Garantidora.

Em 23 de outubro de 2020 e em 3 de novembro de 2020 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas, referentes, respectivamente, à 7ª e à 6ª emissões de debêntures, nas quais foram deliberadas as anuências prévias para a dispensa, por 7 trimestres consecutivos, contados a partir do primeiro trimestre de 2021 até o dia 30 de setembro de 2022, do cumprimento do Índice Financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 2,25, sem que seja configurado evento de inadimplemento, desde que, durante esse período, o índice não ultrapasse a 3,00.

Composição dos saldos de debêntures e notas promissórias:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Moeda nacional:		
Principal	**2.159.924**	2.000.498
Juros	**57.494**	43.350
	2.217.418	2.043.848
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(18.888)**	(26.152)
Total debêntures	**2.198.530**	2.017.696
Notas promissórias (nota 14b)	**230.788**	221.945
Total debêntures e notas promissórias	**2.429.318**	2.239.641
Passivo circulante	**610.321**	35.737
Passivo não circulante	**1.818.997**	2.203.904

	31/12/2020		
	Consolidado e Individual		
	Passivo circulante	**Passivo não circulante**	**Total**
Saldo de debêntures	**387.494**	**1.829.924**	**2.217.418**
(-) Gastos com emissão, a apropriar	**(7.961)**	**(10.927)**	**(18.888)**
Valor líquido debêntures	**379.533**	**1.818.997**	**2.198.530**
Notas promissórias (nota 15b)	**230.788**	**-**	**230.788**
Total debêntures e notas promissórias	**610.321**	**1.818.997**	**2.429.318**

15. Debêntures e notas promissórias--Continuação

a) Debêntures--Continuação

	31/12/2019		
	Consolidado e Individual		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo de debêntures	43.350	2.000.498	2.043.848
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(7.613)	(18.539)	(26.152)
Valor líquido debêntures	35.737	1.981.959	2.017.696
Notas promissórias (nota 15b)	-	221.945	221.945
Total debêntures e notas promissórias	35.737	2.203.904	2.239.641

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2020		31/12/2019
	Consolidado e Individual		Consolidado e individual
2021	**387.494**	2020	43.350
2022	**460.739**	2021	193.604
2023	**422.912**	2022	455.366
2024	**653.711**	2023	415.928
2025	**167.562**	2024	604.166
Após 2025	**125.000**	Após 2024	331.434
	2.217.418		2.043.848

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2020	31/12/2019
CDI	**1.540.867**	1.396.588
IPCA	**676.551**	647.260
Total	**2.217.418**	2.043.848

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures e notas promissórias da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia e estão apresentados no quadro abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida líquida/EBITDA – realizado (*)	**= 1,79**	= 2,08
Meta trimestral	**≤ 2,25**	< 2,25
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	**= 7,89**	= 5,48
Meta trimestral	**≥ 2,00**	> 2,00

(*) A dívida líquida utilizada no cálculo do índice de 31/12/2020 não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures e da 1ª emissão de notas promissórias.

15. Debêntures e notas promissórias--Continuação

b) Notas Promissórias Comerciais

Em maio de 2018 a Companhia realizou a sua 1ª emissão pública de notas promissórias comerciais, em série única da espécie quirografária, no valor de R$ 200.500. O prazo de vigência das notas promissórias é de 42 meses, contados da data de emissão, sendo o vencimento em 22 de novembro de 2021, com remuneração à taxa de CDI + 0,80% ao ano. Os recursos captados por meio dessa emissão foram destinados para atendimento às necessidades de caixa da Companhia.

Conforme aprovado na assembleia geral dos titulares de Notas Promissórias da 1ª emissão de notas promissórias comercias da Companhia, realizada em 5 de novembro de 2020, o índice financeiro referente à "Dívida Líquida / EBITDA" foi alterado de menor ou iguala 2,25 para menor ou igual a 3,00.

	Consolidado e individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Principal	**200.500**	200.500
Juros	**30.978**	22.963
	231.478	223.463
(-) Juros pagos, a apropriar	**(149)**	(328)
(-) Gastos com emissão de notas promissórias, a apropriar	**(541)**	(1.190)
	230.788	221.945

c) Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui emissões de debêntures e notas promissórias, as quais contêm cláusulas restritivas ("covenants") que abrangem um montante de endividamento de R$ 2.448.896 (R$ 2.267.311 em 31/12/2019), vencíveis até 2026. Essas cláusulas preveem índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos de endividamento, que devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

O não atingimento dos índices acordados, por 2 períodos (trimestre ou semestre, conforme o contrato) consecutivos, ou por 4 períodos não consecutivos, implica o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, debêntures e notas promissórias abrangidos por essa previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

16. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16)

	Consolidado						
	31/12/2020						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2020**
Passivo curto prazo:							
Torres	25.609	26.800	(38.768)	(4.022)	11.953	23.912	**45.484**
Veículos	12.280	2.311	(13.514)	(1.082)	1.037	7.929	**8.961**
Imóveis	35.074	7.408	(37.765)	(3.541)	10.572	25.063	**36.811**
Usinas fotovoltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	**6.889**
Fibras ópticas	9.246	2.490	(10.804)	-	5.432	3.870	**10.234**
Equipamentos	-	2.265	(1.081)	-	157	924	**2.265**
	85.812	44.897	(107.033)	(8.645)	32.866	62.747	**110.644**
Passivo longo prazo:							
Torres	74.273	163.713	-	(23.183)	-	(23.912)	**190.891**
Veículos	7.519	1.232	-	(235)	-	(7.929)	**587**
Imóveis	118.446	16.970	-	(8.939)	-	(25.063)	**101.414**
Usinas fotovoltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.048)	**55.511**
Fibras ópticas	44.523	13.832	-	-	-	(3.871)	**54.484**
Equipamentos	-	4.669	-	-	-	(924)	**3.745**
	270.560	231.176	-	(32.357)	-	(62.747)	**406.632**
Total curto e longo prazos	356.372	276.073	(107.033)	(41.002)	32.866	-	**517.276**

	Individual						
	31/12/2020						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2020**
Passivo curto prazo:							
Torres	25.067	26.642	(38.108)	(4.067)	11.875	23.394	**44.803**
Veículos	7.583	1.509	(8.386)	(679)	670	5.243	**5.940**
Imóveis	25.006	3.906	(26.493)	(1.772)	8.361	17.039	**26.047**
Usinas fotovoltaicas	3.603	3.623	(5.101)	-	3.715	1.049	**6.889**
	61.259	35.680	(78.088)	(6.518)	24.621	46.725	**83.679**
Passivo Longo Prazo:							
Torres	73.002	163.191	-	(23.145)	-	(23.394)	**189.654**
Veículos	4.898	1.055	-	(154)	-	(5.243)	**556**
Imóveis	95.040	11.340	-	(7.373)	-	(17.039)	**81.968**
Usinas fotovoltaicas	25.799	30.760	-	-	-	(1.049)	**55.510**
	198.739	206.346	-	(30.672)	-	(46.725)	**327.688**
Total curto e longo prazos	259.998	242.026	(78.088)	(37.190)	24.621	-	**411.367**

16. Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16) --Continuação

	Consolidado							
	31/12/2019							
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Baixa de saldos consolidados da Algar TI (cisão 02/12/2019)**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2019**
Passivo - curto prazo:								
Torres	26.249	-	(27.320)	-	8.526	-	18.154	25.609
Veículos	14.499	5.954	(18.855)	(1.369)	2.501	(7.040)	16.590	12.280
Imóveis	38.151	3.224	(39.918)	(3.859)	12.517	(2.958)	27.917	35.074
Usinas fotovoltaicas	3.711	-	(3.903)	-	2.915	-	880	3.603
Posição de atendimento	2.276	-	(2.194)	-	247	(2.276)	1.947	-
Fibras ópticas	9.639	-	(9.977)	(3.756)	5.464	-	7.876	9.246
Equipamentos	2.218	117	(2.371)	-	200	(1.644)	1.480	-
	96.743	9.295	(104.538)	(8.984)	32.370	(13.918)	74.844	85.812
Passivo - longo prazo:								
Torres	92.427	-	-	-	-	-	(18.154)	74.273
Veículos	18.440	9.895	-	-	-	(4.226)	(16.590)	7.519
Imóveis	138.194	10.883	-	-	-	(2.714)	(27.917)	118.446
Usinas fotovoltaicas	26.679	-	-	-	-	-	(880)	25.799
Posição de atendimento	2.108	-	-	-	-	(161)	(1.947)	-
Fibras ópticas	52.399	-	-	-	-	-	(7.876)	44.523
Equipamentos	1.478	115	-	-	-	(113)	(1.480)	-
	331.725	20.893	-	-	-	(7.214)	(74.844)	270.560
Total curto e longo prazos	428.468	30.188	(104.538)	(8.984)	32.370	(21.132)	-	356.372

	Individual						
	31/12/2019						
Classes de Ativos	**Adoção 01/01/2019**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2019**
Passivo - curto prazo:							
Torres	25.707	-	(26.756)	-	8.378	17.738	25.067
Veículos	6.009	2.025	(7.781)	(473)	1.018	6.785	7.583
Imóveis	24.086	1.509	(25.787)	(484)	9.425	16.257	25.006
Usinas fotovoltaicas	3.711	-	(3.903)	-	2.915	880	3.603
	59.513	3.534	(64.227)	(957)	21.736	41.660	61.259
Passivo - longo prazo:							
Torres	90.740	-	-	-	-	(17.738)	73.002
Veículos	8.356	3.327	-	-	-	(6.785)	4.898
Imóveis	104.551	6.746	-	-	-	(16.257)	95.040
Usinas fotovoltaicas	26.679	-	-	-	-	(880)	25.799
	230.326	10.073	-	-	-	(41.660)	198.739
Total curto e longo prazos	289.839	13.607	(64.227)	(957)	21.736	-	259.998

16 Passivo de arrendamento – CPC 06 (IFRS 16) --Continuação

Pagamentos mínimos:

	Consolidado - 31/12/2020					
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	115.937	341.684	193.252	65.821	716.694	66.294
Despesas de juros	(36.436)	(98.687)	(50.762)	(13.532)	(199.417)	0
	79.501	**242.997**	**142.490**	**52.289**	**517.277**	**66.294**
	Individual - 31/12/2020					
Valores mínimos a pagar	87.738	279.898	150.584	39.607	557.827	51.599
Despesas de juros	(28.306)	(74.941)	(33.465)	(9.748)	(146.460)	-
	59.432	**204.957**	**117.119**	**29.859**	**411.367**	**51.599**

	Consolidado - 31/12/2019					
	Em 1 ano	De 2 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Valores mínimos a pagar	89.620	244.732	106.286	53.369	494.007	45.696
Despesas de juros	(26.380)	(67.219)	(31.001)	(13.035)	(137.635)	-
	63.240	177.513	75.285	40.334	356.372	45.696
	Individual - 31/12/2019					
Valores mínimos a pagar	63.893	187.842	69.820	28.185	349.740	32.351
Despesas de juros	(18.876)	(46.368)	(15.995)	(8.503)	(89.742)	-
	45.017	141.474	53.825	19.682	259.998	32.351

Contratos por prazo e taxa de descontos

	Taxa anual	
Prazos dos contratos	**Sem garantia**	**Com garantia (*)**
1 ano	4,93%	4,43%
2 anos	5,38%	4,88%
3 anos	5,87%	5,37%
4 anos	6,26%	5,76%
5 anos	6,64%	6,14%
6 anos	7,00%	6,50%
7 anos	7,25%	6,75%
8 anos	7,48%	6,98%
9 anos	7,66%	7,16%
10 anos	7,84%	7,34%
11 anos	7,95%	7,45%
12 anos	8,07%	7,57%
13 anos	8,20%	7,70%
14 anos	8,29%	7,79%
15 anos	8,38%	7,88%

(*) Somente para o grupo de imóveis.

17. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
PIS	**1.451**	1.612	**788**	987
IRRF	**6.080**	5.241	**3.170**	2.730
COFINS	**6.944**	7.893	**3.739**	4.953
ICMS	**67.246**	64.502	**30.064**	32.470
ISS	**571**	1.616	**223**	1.065
INSS	**204**	1.270	**80**	440
Outros Tributos Circulantes	**2.528**	3.254	**1.708**	2.180
	85.024	85.388	**39.772**	44.825

18. Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Salários e ordenados	**14.505**	17.448	**7.753**	9.914
Encargos sociais sobre salários e ordenados	**8.899**	8.507	**4.836**	4.654
Férias e encargos	**49.427**	43.080	**27.257**	24.705
Gratificações	**58.409**	24.193	**32.009**	14.346
Outras obrigações trabalhistas	**626**	552	**270**	301
	131.866	93.780	**72.125**	53.920
Passivo circulante	**125.536**	86.539	**68.412**	49.541
Passivo não circulante (gratificações)	**6.330**	7.241	**3.713**	4.379

19. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos para demandas judiciais e administrativas, considerando critérios jurídicos, e contábeis. Esses riscos são classificados com base na expectativa de perda, podendo ser provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade existente em cada caso, segundo análises e avaliações dos assessores jurídicos.

Por determinação legal ou por cautela, são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

19. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2018	39.489	94.099	57.807	9.032	200.427
Adições	18.929	6.270	518	9.950	35.667
Atualização monetária	6.844	3.701	3.018	2.151	15.714
Baixas	(18.944)	(14.664)	(1.999)	(3.182)	(38.789)
Pagamentos	(3.300)	(1.372)	(199)	(8.278)	(13.149)
Aquisição Smart	-	31.611	-	968	32.579
Baixa por cisão Algar Telecom	(30.745)	(1.350)	-	(1.359)	(33.454)
Provisões em 31/12/2019	12.273	118.295	59.145	9.282	198.995
Depósitos judiciais	(3.278)	(43.580)	(2.861)	(130)	(49.849)
Direito indenizatório de provisões	(120)	(6.340)	-	-	(6.460)
Provisões líquidas em 31/12/2019	8.875	68.375	56.284	9.152	142.686
Provisões em 31/12/2019	12.273	118.295	59.145	9.282	198.995
Adições (ii)	**13.945**	**23.973**	**7.472**	**19.875**	**65.265**
Atualização monetária	**1.392**	**14.172**	**1.491**	**25.499**	**42.554**
Baixas (iii)	**(8.360)**	**(9.597)**	**(19.618)**	**(5.596)**	**(43.171)**
Pagamentos	**(98)**	**(2.791)**	**(424)**	**(2.873)**	**(6.186)**
Provisões em 31/12/2020	**19.152**	**144.052**	**48.066**	**46.187**	**257.457**
Depósitos judiciais	**(1.745)**	**(42.232)**	**(3.185)**	**(1.749)**	**(48.911)**
Provisões líquidas em 31/12/2020	**17.407**	**101.820**	**44.881**	**44.438**	**208.546**
Direito indenizatório de provisões (i)	**(147)**	**(1.930)**	**-**	**-**	**(2.077)**
Provisões liquidas em 31/12/2020, ajustadas (iv)	**17.260**	**99.890**	**44.881**	**44.438**	**206.469**

(i) Refere-se a riscos tributários e trabalhistas de responsabilidade dos sócios vendedores da Optitel Participações e Franquias S.A. e Optitel Redes e Telecomunicações Ltda., sociedades incorporadas pela Algar Soluções. Os sócios vendedores são responsáveis pelos tributos, contribuições fiscais e previdenciárias, inclusive os acréscimos legais, relativamente a fatos geradores ocorridos anteriormente à transferência do controle dessas sociedades para a adquirente CTBC Serviços de Call Center, atual Algar Soluções.

(ii) Adições de provisões no período, decorrente de novos processos e por alteração de grau de risco de certas demandas, de possível para provável.

(iii) Baixas por prescrição de processos e por revisão de grau de risco de certas demandas judiciais, envolvendo reversão.

(iv) O saldo inclui provisões tributárias, reconhecidas pela Smart Telecomunicações, para as quais possui direito indenizatório reconhecido no ativo não circulante, consolidado, no montante de R$25.530. Os sócios vendedores da Smart são responsáveis por esses riscos tributários, cujos fatos geradores ocorreram antes da transferência do controle para a Companhia, conforme previsto em clausula do contrato de compra e venda.

19. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados--Continuação

	Individual				
	Trabalhistas	Tributárias	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2018	7.661	56.834	57.437	7.142	129.074
Adições	1.351	1.802	518	8.365	12.036
Atualização monetária	753	1.789	3.017	720	6.279
Baixas	(2.393)	(613)	(1.654)	(2.535)	(7.195)
Pagamentos	(110)	(167)	(173)	(7.013)	(7.463)
Provisões em 31/12/2019	7.262	59.645	59.145	6.679	132.731
Depósitos judiciais	(1.987)	(38.401)	(2.861)	(130)	(43.379)
Provisões líquidas em 31/12/2019	5.275	21.244	56.284	6.549	89.352
Provisões em 31/12/2019	7.262	59.645	59.145	6.679	132.731
Adições	**7.348**	**21.614**	**7.435**	**14.679**	**51.076**
Atualização monetária	**795**	**11.963**	**1.491**	**25.207**	**39.456**
Baixas	**(4.534)**	**(39)**	**(19.619)**	**(4.277)**	**(28.469)**
Pagamentos	**(43)**	**(2.259)**	**(424)**	**(1.690)**	**(4.416)**
Provisões em 31/12/2020	**10.828**	**90.924**	**48.028**	**40.598**	**190.378**
Depósitos judiciais	**(1.139)**	**(36.970)**	**(3.185)**	**(1.633)**	**(42.927)**
Provisões líquidas em 31/12/2020	**9.689**	**53.954**	**44.843**	**38.965**	**147.451**

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Cíveis (valor da provisão, consolidado: R$46.188)

(i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R$ 7.125).

(ii) Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais, e com ex-clientes (valor envolvido R$ 2.713).

(iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores. (valor envolvido R$ 4.629).

(iv) Demandas judiciais pela Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias, por ser considerado bem de uso comum (valor envolvido: R$28.718).

Processos administrativos e judiciais regulatórios (valor da provisão, consolidado: R$48.066)

(i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.

A Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta perante a Anatel, para que a Agência deixe de exigir multas aplicadas ou estimadas em processos, e em contrapartida ao compromisso a Algar irá realizar a correção de condutas, bem como outros compromissos adicionais que impliquem em benefícios a usuários dos serviços (nota explicativa nº 36a).

19. Provisões e depósitos judiciais—Continuação

a) Processos judiciais e administrativos provisionados--Continuação

Trabalhistas (valor da provisão, consolidado: R$19.153)

(i) Reclamatórias trabalhistas, envolvendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e Smart, que discutem vínculos de emprego, responsabilidade subsidiárias, horas extras, diferenças salariais e indenizações por acidentes de trabalho.

Tributários (valor da provisão consolidado: R$144.052)

(i) Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST"): a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções mantêm, desde 2006, discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que, ilegalmente, vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano 2000.. (valor da provisão: R$22.461 e depósito judicial vinculado: R$30.867).

ii) ICMS: a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções possuem discussões sobre direito a créditos de ICMS; exigência de ICMS sobre operações de leasing; exigência relativa a ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações. (valor da provisão: R$17.236).

(iii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia, questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, vez que se trata de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional, não havendo referibilidade com a prestação de serviço de comunicação para justificar a intervenção no referido setor econômico (valor da provisão: R$11.275 e depósito judicial vinculado: R$16.156).

(iv) Mandado de segurança impetrado pela Algar Telecom e suas controladas, que discute o não recolhimento de IRPJ e CSLL sobre os juros de mora cobrados de seus clientes, tendo em vista que a natureza jurídica dos juros tem caráter indenizatório. (Valor da provisão: R$16.395).

(v) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (EBC): a Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da referida contribuição por ofensa ao princípio da anterioridade/irretroatividade, bem como por ausência de referibilidade entre a atividade econômica explorada pelas companhias e a finalidade da contribuição (valor provisionado: R$12.190 e depósito judicial vinculado: R$12.200).

(vi) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL: referem-se a tributos sobre a baixa de valores devidos a terceiros. A Companhia e a sua controlada Algar Multimídia efetuaram a baixa, em novembro de 2017, em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável (valor da provisão: R$17.029).

19. Provisões e depósitos judiciais—Continuação

b) Depósitos Judiciais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Depósitos judiciais sem provisões:				
Tributário	**22.248**	25.501	**22.071**	25.269
Trabalhista	**1.002**	1.112	**737**	955
Cível	**748**	696	**677**	581
Pados – ANATEL	**-**	278	**-**	278
	23.998	27.587	**23.485**	27.083
Depósitos judiciais com provisões:				
Tributário	**42.232**	43.580	**36.970**	38.401
Trabalhista	**1.745**	3.278	**1.139**	1.987
Cível	**1.749**	130	**1.633**	130
Pados – ANATEL	**3.185**	2.861	**3.185**	2.861
	48.911	49.849	**42.927**	43.379
Total	**72.909**	77.436	**66.412**	70.462

c) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Tributários	**243.900**	151.160	**173.805**	132.216
Trabalhistas	**51.676**	44.726	**40.092**	37.945
Processos Regulatórios – ANATEL	**231.532**	238.736	**230.684**	238.228
Cíveis	**333.104**	67.478	**189.679**	66.423
Total	**860.212**	502.100	**634.260**	474.812

Os principais processos da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributários - (valor envolvido R$243.900)

(i) Taxa de Fiscalização de Instalação/Funcionamento (“TFI/TFF”): cobrança, em face da Algar Telecom, quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. Bem como discussões de TFI/TFF das movimentações mensais (valor envolvido: R$36.364).

(ii) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”) e FUST: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, impugnaram lançamentos referentes a diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUST e FUNTTEL, em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão, EILD, e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (valor envolvido: R$103.573).

(iii) ICMS: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções, possuem discussão relativa à escrituração de créditos de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal de entrada, discussão relativa à exigência de ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações, discussão judicial quanto a incidência de ICMS sobre receitas de locações de fibras apagadas, e sobre importação de equipamentos (valor envolvido: R$90.020).

19. Provisões e depósitos judiciais--Continuação

a) Processos judiciais e administrativos não provisionados--Continuação

Trabalhistas - (valor envolvido R$51.676)

(i) A Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções possuem ações trabalhistas envolvendo discussões relacionadas a dano moral e material, jornada de trabalho, vale-transporte, benefícios e honorários advocatícios.

Processos administrativos e judiciais regulatórios - (valor envolvido R$231.532)

(i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL (valor envolvido R$190.870.

(ii) Demandas administrativas e judiciais em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP (valor envolvido R$40.662).

Cíveis - (valor envolvido R$333.104)

(i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços) (valor envolvido R$ 33.534).

(ii) Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais e discussões judiciais com ex-clientes corporativos (valor envolvido R$ 40.513).

(iii) Processos judiciais contra concessionárias de energia elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura. (valor envolvido 15.921).

(iv) Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patenteado (não estimado).

(v) Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público (não estimado).

(vi) Demandas judiciais pela Algar Telecom, Algar Multimídia e Algar Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias, por ser considerado bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada às concessionárias (valor envolvido: R$234.747).

20. Fornecedores

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores faturados	**181.191**	199.090	**98.214**	124.768
Fornecedores a faturar	**44.959**	27.130	**27.913**	15.681
Obrigações com trafego de interconexão e cobrança conjunta	**15.964**	18.333	**15.964**	18.333
	242.114	244.553	**142.091**	158.782

21. Receitas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receita com arrendamento mercantil	**19.913**	24.105	**19.913**	24.105
Receita com créditos de celular pré-pago	**5.075**	5.198	**5.076**	5.198
Receita de serviços de telecomunicações	**2.230**	3.363	**-**	-
	27.218	32.666	**24.989**	29.303
Passivo circulante	**9.455**	10.535	**9.268**	9.390
Passivo não circulante	**17.763**	22.131	**15.721**	19.913

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o capital social subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício social.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$1.721.420.

Até o limite do capital social autorizado, o capital social subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

A critério do Conselho de Administração, poderá, dentro do limite do capital social autorizado, ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, ou ainda, nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o valor do capital social da Companhia e o valor patrimonial da ação (VPA) eram como segue:

	Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Valor do capital social	**826.831**	826.831
Quantidade de Ações (ON)	**295.019.806**	295.019.806
Valor do patrimônio líquido da Companhia	**1.455.808**	1.323.227
Valor patrimonial da ação (VPA) em R$	**4,9346**	4,4852

22. Patrimônio líquido—Continuação

b) Dividendos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia propôs dividendos a pagar, mínimo obrigatório, no montante de R$ 67.290, correspondendo a 35% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal, conforme previsto no Estatuto Social.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2020, saldo de dividendos a pagar, no passivo circulante, no montante de R$ 70.310, sendo R$ 67.290 referente ao exercício de 2020 e R$ 3.020 referente a exercícios anteriores.

Os dividendos propostos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados abaixo.

	Individual	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716
Reserva legal - 5%	**(10.119)**	(15.136)
Resultado base para distribuição de dividendos	**192.257**	287.580
Dividendos mínimos obrigatórios (35%)	**67.290**	100.653
Dividendo por Ação ON (em R$)	**0,2281**	0,3411
Dividendos por classes de ações:		
Quantidade de ações:		
ON	**295.019.806**	295.019.806
Total de ações	**295.019.806**	295.019.806
Total de dividendos por classes de ações:		
Total dividendos - ações ON	**67.290**	100.653
Total dos dividendos propostos	**67.290**	100.653

c) Reserva de retenção de lucros

Após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício, o saldo remanescente de lucros acumulados foi incorporado à reserva de retenção de lucro, ficando à disposição da Companhia para o cumprimento do orçamento de 2021 e do Plano de Longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, conforme ata da reunião realizada em 7 de dezembro de 2020.

23. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia e suas controladas concedem plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados.

23. Benefícios a empregados--Continuação

As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com “salários, provisões e encargos sociais”. Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 18. Os valores não liquidados, correspondentes aos custos e despesas incorridos no período, relativos aos benefícios a empregados atribuíveis aos administradores e conselheiros estão apresentados na Nota Explicativa nº 18.

Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um plano de aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

(a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;

(b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

O valor das contribuições realizadas são como segue:

	Consolidado		**Individual**	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Contribuição	**364**	869	**216**	327

24. Partes relacionadas

A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A.").

Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas nos resultados desses períodos.

	Consolidado			
	Saldos - ativo circulante			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Contas a receber	Total	Contas a receber	Total
	(a)		(a)	
Controladora:				
Algar S.A.	**59**	**59**	41	41
Total	**59**	**59**	41	41
Outras partes relacionadas:				
Algar TI	**5**	**5**	-	-
Algar Tecnologia	**498**	**498**	348	348
Engeset	**60**	**60**	53	53
CTRQ – (AVIVA)	**137**	**137**	144	144
Space Empreendimentos	-	**-**	1	1
Outros	**7**	**7**	12	12
Total	**707**	**707**	558	558
Total partes relacionadas	**766**	**766**	599	599

	Consolidado							
	Saldos - passivo circulante							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(e)	(f)		(d)	(e)	(f)	
Controladora:								
Algar S.A.	**999**	**3.926**	**45.580**	**50.505**	21	4.806	68.179	73.006
Total	**999**	**3.926**	**45.580**	**50.505**	21	4.806	68.179	73.006
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	**1.852**	**-**	**-**	**1.852**	3.572	-	-	3.572
Algar TI	**744**	**-**	**-**	**744**	1.419	-	-	1.419
Engeset	**47**	**-**	**-**	**47**	-	-	-	-
Space Empreendimentos	**423**	**-**	**-**	**423**	110	-	-	110
Archy LLC (acionista)	**-**	**-**	**17.026**	**17.026**	-	-	25.467	25.467
Outros	**172**	**-**	**7.704**	**172**	469	-	11.741	12.210
Total	**3.238**	**-**	**27.730**	**20.264**	5.570	-	37.208	42.778
Total partes relacionadas	**4.237**	**3.926**	**70.310**	**70.769**	5.591	4.806	105.387	115.784

24. **Partes relacionadas**—Continuação

	Resultado - Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e adminis-trativas	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e adminis-trativas
	(g)	(h)	(h)	(h)	(g)	(h)	(h)	(h)
Controladora:								
Algar S.A.	**431**	**(432)**	**(2)**	**(1)**	82	-	(5)	-
Total	**431**	**(432)**	**(2)**	**(1)**	82	-	(5)	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	**3.487**	**(5.834)**	**(29.430)**	**-**	242	(608)	(2.395)	-
Algar TI Consultoria	**120**	**(2.294)**	**(2.265)**	**(127)**	3	(309)	(424)	(1)
Engeset	**170**	**(390)**	**-**	**-**	30	-	-	-
ABC Inco	**55**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
Space Empreendimentos	**54**	**(19.191)**	**(6.265)**	**(1.887)**	57	(16.713)	(8.184)	(1.777)
Unialgar	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
CTRQ – (AVIVA)	**1.041**	**-**	**-**	**-**	1.415	-	-	(115)
Arvore	**4**	**(2.554)**	**(1.251)**	**(572)**	3	(1.895)	(1.140)	(511)
Outros	**176**	**-**	**-**	**-**	137	(2)	(19)	-
Total	**5.107**	**(30.263)**	**(39.211)**	**(2.586)**	1.887	(19.527)	(12.162)	(2.404)
Total partes relacionadas	**5.538**	**(30.695)**	**(39.213)**	**(2.587)**	1.969	(19.527)	(12.167)	(2.404)

	Individual							
	Saldos - ativo circulante							
	31/12//2020				31/12/2019			
	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total
	(a)	(b)	(c)		(a)	(b)	(c)	
Controladora:								
Algar S.A.	**41**	**-**	**-**	**41**	41	-	-	41
Total	**41**	**-**	**-**	**41**	41	-	-	41
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	**1.601**	**2.740**	**27.650**	**31.991**	-	2.443	40.291	42.734
Algar Soluções	-	**23**	**19.784**	**19.807**	-	15	327	342
Smart	**316**	**6**	**-**	**322**	-	-	-	-
Total	**1.917**	**2.769**	**47.434**	**52.120**	-	2.458	40.618	43.076
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	**267**	**-**	**-**	**267**	231	-	-	231
Algar TI	**1**	**-**	**-**	**1**	-	-	-	-
Engeset	**51**	**-**	**-**	**51**	29	-	-	29
CTRQ – (AVIVA)	**119**	**-**	**-**	**119**	118	-	-	118
Outros		**-**	**-**	**-**	4	-	-	4
Total	**438**	**-**	**-**	**438**	382	-	-	382
Total partes relacionadas	**2.396**	**2.769**	**47.434**	**52.599**	423	2.458	40.618	43.499

24. Partes relacionadas—Continuação

	Individual							
	Saldos - passivo circulante							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Fornecedores	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(e)	(f)		(d)	(e)	(f)	
Controladora:								
Algar S.A.	**999**	**3.616**	**45.580**	**50.195**	-	4.551	68.179	72.730
Total	**999**	**3.616**	**45.580**	**50.195**	-	4.551	68.179	72.730
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	**696**	**-**	**-**	**696**	300	-	-	300
Total	**696**	**-**	**-**	**696**	300	-	-	300
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	**1.714**	**-**	**-**	**1714**	3.554	-	-	3.554
Algar TI	**274**	**-**	**-**	**274**	815	-	-	815
Engeset	**8**	**-**	**-**	**8**	165	-	-	165
Space Empreendimentos	**152**	**-**	**-**	**152**	110	-	-	110
Archy LLC (acionista)	**-**	**-**	**17.026**	**17.026**	-	-	25.467	25.467
Árvore	**172**	**-**	**-**	**172**	172	-	-	172
Outros	**-**	**-**	**7.704**	**-**	11	-	11.741	11.752
Total	**2.320**	**-**	**27.730**	**19.346**	4.827	-	37.208	42.035
Total partes relacionadas	**4.015**	**3.616**	**70.310**	**70.237**	5.127	4.551	105.387	115.065

24. Partes relacionadas—Continuação

	Resultado - Individual							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e adminis-trativas	Receita operacional bruta	Custo dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e adminis-trativas
	(g)	(h)	(h)	(h)	(g)	(h)	(h)	(h)
Controladora:								
Algar S.A.	**78**	**(432)**	**(2)**	**(1)**	82	-	(5)	-
Total	**78**	**(432)**	**(2)**	**(1)**	82	-	(5)	-
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	**642**	**(2.825)**	**(1)**	**-**	770	(2.292)	(547)	-
Algar Soluções	-	**(2.116)**	**-**	-	-	-	-	-
Smart	**126**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
Total	**768**	**(4.941)**	**(1)**	**-**	770	(2.292)	(547)	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	**2.064**	**(5.804)**	**(27.967)**	**-**	1.328	(5.406)	(29.991)	(1)
Algar TI	**22**	**(167)**	**(2.265)**	**(127)**	39	(233)	(2.818)	(10)
Engeset	**85**	**(190)**	**-**	**-**	97	-	(82)	-
Space Empreendimentos	**49**	**(13.366)**	**(4.556)**	**(1.595)**	49	(11.462)	(4.866)	(1.491)
Árvore	**4**	**(2.554)**	**(1.251)**	**(572)**	3	(1.895)	(1.161)	(381)
CTRQ – (AVIVA)	**827**	**-**	**-**	**-**	1.102	-	-	(62)
Outras	**174**	**-**	**-**	**-**	134	(2)	(18)	-
Total	**3.225**	**(22.081)**	**(36.039)**	**(2.294)**	2.752	(18.998)	(38.936)	(1.945)
Total partes relacionadas	**4.071**	**(27.454)**	**(36.042)**	**(2.295)**	3.604	(21.290)	(39.488)	(1.945)

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:

a) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais das empresas.
b) Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de utilização partilhada de soluções de infraestruturas.
c) Saldos de dividendos a receber de controladas.
d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar.
e) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais.
f) Dividendos a pagar.
g) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas.
h) Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*.

24. Partes relacionadas--Continuação

Avais e fianças

Conforme Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 15 de julho de 2020, foi assinado o segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 5ª emissão de debêntures, onde foi deliberada, entre outros assuntos, a liberação da garantia fidejussória adicional prestada pela Garantidora Algar S.A. Empreendimentos e Participações, no âmbito da 5ª Emissão, com a consequente exclusão das referências relacionadas à garantia e à Garantidora.

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, os quais são representados pelos membros do conselho de administração e pelos diretores estatutários, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, são computadas como custos e despesas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes.

Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Salários e outros benefícios de curto prazo:				
Conselho de administração:				
Remuneração fixa	**4.480**	4.200	**4.480**	4.200
Diretoria executiva:				
Remuneração fixa	**6.718**	8.765	**2.189**	1.633
Remuneração variável	**5.306**	5.274	**1.527**	578
Previdência privada	**299**	392	**82**	64
	16.803	18.631	**8.278**	6.475

25. Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	31/12/2019
Telecom	**3.035.577**	2.807.119	**1.867.112**	1.790.821
B2B	**1.842.802**	1.668.563	**717.379**	663.540
B2C	**1.192.775**	1.145.767	**1.149.733**	1.127.281
Eliminações	**-**	(7.211)	**-**	-
Tech - BPO/Gestão de TI	**-**	841.359	**-**	-
Tech - BPO/Gestão de TI	**-**	879.894	**-**	-
Eliminações	**-**	(38.535)	**-**	-
Receita operacional bruta	**3.035.577**	3.648.478	**1.867.112**	1.790.821
Impostos e deduções	**(684.806)**	(777.361)	**(410.807)**	(440.794)
Receita operacional líquida	**2.350.771**	2.871.117	**1.456.305**	1.350.027

25. Receita operacional líquida--Continuação

As informações consolidadas de 31 de dezembro de 2019 incluem as informações consolidadas da Algar TI, relativas ao período de 11 meses findos em 30 de novembro de 2019. A Algar TI deixou de ser uma controlada da Companhia, conforme cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019 (nota explicativa nº 1b) não sendo, portanto, consolidada a partir daquela data, o que pode ter acarretado variações em certas rubricas contábeis nos períodos apresentados.

26. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Pessoal	**(211.798)**	(634.513)	**(119.418)**	(109.445)
Materiais	**(15.519)**	(28.722)	**(10.512)**	(8.932)
Serviços de terceiros	**(225.896)**	(333.956)	**(141.569)**	(169.017)
Interconexão e meios de conexão	**(112.860)**	(123.230)	**(86.770)**	(90.105)
Aluguéis e seguros	**(105.718)**	(102.129)	**(68.825)**	(62.886)
Depreciação e amortização	**(378.288)**	(362.351)	**(243.511)**	(223.596)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	**(71.202)**	(73.365)	**(52.039)**	(42.482)
Custos das mercadorias vendidas	**(107.936)**	(42.032)	**(82.542)**	(37.107)
Outros	**(37.827)**	(30.201)	**(35.400)**	(23.372)
	(1.267.044)	(1.730.499)	**(840.586)**	(766.942)

27. Despesas com vendas

As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Pessoal	**(162.859)**	(180.616)	**(71.407)**	(69.882)
Materiais	**(696)**	(1.178)	**(168)**	(466)
Serviços de terceiros	**(149.619)**	(103.643)	**(117.154)**	(89.377)
Propaganda e marketing	**(24.417)**	(38.207)	**(19.874)**	(21.447)
Provisão para perda esperada de contas a receber	**(40.042)**	(21.389)	**(32.260)**	(17.608)
Aluguéis e seguros	**(10.904)**	(8.285)	**(778)**	(1.743)
Depreciação e amortização	**(30.188)**	(26.278)	**(21.707)**	(20.291)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	**(8.904)**	(9.026)	**(6.684)**	(6.483)
Outros	**(10.798)**	(13.644)	**(10.060)**	(10.758)
	(438.427)	(402.266)	**(280.092)**	(238.055)

28. Despesas gerais e administrativas

As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Pessoal	**(82.393)**	(108.443)	**(55.882)**	(55.872)
Materiais	**(444)**	(967)	**(382)**	(544)
Serviços de terceiros	**(57.097)**	(82.313)	**(52.160)**	(57.529)
Aluguéis e seguros	**1.476**	(992)	**344**	(1.022)
Depreciação e amortização	**(19.200)**	(24.976)	**(12.730)**	(15.489)
Depreciação de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	**(3.948)**	(3.028)	**(2.427)**	(2.242)
Outros	**(8.567)**	(13.927)	**(4.996)**	(5.335)
	(170.173)	(234.646)	**(128.233)**	(138.033)

29. Outras receitas (despesas operacionais)

As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Despesas com concessão de serviços de telecomunicações	**(3.834)**	(3.243)	**(3.834)**	(3.243)
Constituição de provisões	**(57.999)**	(33.815)	**(43.810)**	(11.352)
Reversão de provisões	**22.989**	19.367	**20.546**	4.764
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	**24.140**	23.575	**14.810**	15.977
Provisão para perdas de ativos - TV	**-**	(62.390)	**-**	(62.390)
Ganho/perda com Imobilizado e Intangíveis	**(3.228)**	(10.285)	**2.715**	(8.538)
Amortização de mais-valia	**(2.025)**	(4.343)	**(2.025)**	(984)
Indenizações de perdas com sinistro	**853**	498	**495**	198
Recuperação de tributos	**(279)**	9.537	**(254)**	5.242
Multas contratuais	**(2.029)**	(8.067)	**-**	(905)
Crédito tributário de PIS e COFINS (nota 7ii)	**25.855**	138.302	**-**	138.302
Baixa de débitos com terceiros, prescritos	**28.434**	-	**28.434**	-
Comissão por transferência de cliente de TV	**8.374**	-	**8.374**	-
Baixa de recebíveis	**(1.092)**	(13.081)	**1.510**	(14.290)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**581**	(1.577)	**5.874**	115
	40.740	54.478	**32.835**	62.896

30. Resultado financeiro, líquido

As variações nos saldos de certas rubricas podem estar relacionadas com o descrito na nota explicativa nº 25.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicação financeira	**14.324**	18.479	**12.303**	10.616
Juros sobre contas recebidas em atraso	**5.609**	5.793	**3.865**	3.943
Juros impostos, taxas e contribuições	**190**	7.043	**125**	1.631
Variações monetárias e cambiais	**3.871**	3.679	**231**	371
Reversões de provisões	**4.971**	3.687	**3.500**	650
Atualização monetária de crédito tributário (PIS/COFINS) (nota 7 ii)	**18.163**	116.200	**3.595**	116.200
Outras receitas financeiras	**7.076**	1.042	**6.146**	1.406
	54.204	155.923	**29.765**	134.817
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(998)**	(598)	**(998)**	(828)
Juros sobre debêntures	**(98.828)**	(137.934)	**(98.828)**	(120.857)
Despesa com renegociação de cláusulas de emissões de debêntures e notas promissórias	**(21.996)**	-	**(21.996)**	-
Variações monetárias e cambiais	**(31.583)**	(33.612)	**(30.198)**	(25.566)
Descontos concedidos	**(10.173)**	(8.537)	**(9.402)**	(6.105)
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	**(42.689)**	(13.540)	**(39.678)**	(7.001)
Juros sobre notas promissórias	**(8.193)**	(14.444)	**(8.193)**	(14.444)
Taxas e tarifas bancárias	**(14.487)**	(15.264)	**(13.628)**	(14.319)
Despesas de Juros - CPC 06 (IFRS 16)	**(32.867)**	(32.368)	**(24.623)**	(21.735)
Outras despesas financeiras	**(17.861)**	(811)	**(16.961)**	3.070
	(279.675)	(257.108)	**(264.505)**	(207.785)
Resultado financeiro, líquido	**(225.471)**	(101.185)	**(234.740)**	(72.968)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimento.

O ativo da Companhia e controladas, avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber da operação. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a esse tipo de risco.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Risco de crédito—Continuação

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos.

Contas a receber de clientes

O acesso dos clientes aos serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar sem pagamento há mais de 30 dias. Com mais de 60 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. Os casos de exceções compreendem somente os serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O acesso dos clientes aos serviços de telefonia móvel celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar vencida há mais de 15 dias. Com mais de 30 dias de vencimento ocorre o bloqueio total.

A velocidade da Banda Larga é reduzida quando a inadimplência desse produto atinge 22 dias e o serviço é bloqueado totalmente com 52 dias de atraso no pagamento da fatura.

A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pagos e indutivos, e para revendedores de aparelhos celulares, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, aplicando-se garantias com notas promissórias e outras garantias reais.

O risco de crédito é minimizado através de uma criteriosa análise de crédito, definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Adicionalmente, a Administração da Companhia considera os riscos por região, através da análise histórica dos créditos com liquidação duvidosa.

O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber apresenta os seguintes aspectos por empresa:

- Na Companhia e nas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

- Em razão da cisão do investimento da Companhia na Algar TI, em 2 de dezembro de 2019, a concentração de receita deixou de ser aplicável aos negócios atualmente consolidados.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

	31/12/2020				
	Consolidado e Individual				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:					
Debêntures e notas promissórias comerciais	**2.448.896**	**2.846.021**	**1.224.778**	**1.492.736**	**128.507**
Arrendamento mercantil financeiro	**6.238**	**13.440**	**5.357**	**8.083**	**-**
Total	**2.455.134**	**2.859.461**	**1.230.135**	**1.500.819**	**128.507**

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos.

c) Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia e controladas não possuem exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no exercício corrente, assim como não possuíam no exercício comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade - taxa de juros - empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2020, averiguando-se o impacto no resultado financeiro, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade

A Companhia efetuou a análise considerando os indexadores Taxa-DI e IPCA na data base de 31 de dezembro de 2020, extraído das seguintes fontes externas, respectivamente: Cetip, IBGE e Banco Central do Brasil.

Variável de risco	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
DI (%)	1,90%	2,38%	2,85%
Resultado financeiro atrelado ao DI	22.091	27.614	33.137
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	5.523	11.046

Variável de risco	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
IPCA (%)	4,31%	5,39%	6,47%
Resultado financeiro atrelado ao IPCA	29.159	36.449	43.739
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	7.290	14.580

d) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas, assim como aos seus colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

e) Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas, incluindo a Companhia, são os de salvaguardar a sua capacidade e continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos gastos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

f) Valores estimados de mercado

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, quando aplicável.

Fornecedores - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

f) Valores estimados de mercado--Continuação

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		31/12/2020			
		Consolidado		Individual	
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e bancos	(a)	**4.746**	**4.746**	**4.143**	**4.143**
Aplicações financeiras (notas 4 e 5)	(a)	**609.660**	**609.660**	**531.296**	**531.296**
Contas a receber	(b)	**644.961**	**644.961**	**388.945**	**388.945**
		1.259.367	**1.259.367**	**924.384**	**924.384**
Passivo					
Fornecedores	(b)	**242.114**	**242.114**	**142.091**	**142.091**
Títulos a pagar	(b)	**4.005**	**4.005**	**3.716**	**3.716**
Arrendamento mercantil financeiro	(b)	**6.238**	**6.747**	**6.238**	**6.747**
Debêntures	(b)	**2.217.418**	**2.370.639**	**2.217.418**	**2.370.639**
Notas promissórias	(b)	**231.478**	**233.134**	**231.478**	**233.134**
Valores a restituir aos acionistas	(b)	**92**	**92**	**92**	**92**
		2.701.345	**2.856.731**	**2.601.033**	**2.756.419**

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, bem como acompanham rigorosamente o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias.

Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

h) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, são apresentados conforme tabela abaixo.

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2*: inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

h) Hierarquia de valor justo --Continuação

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado *(inputs* não observáveis).

	Consolidado - 31/12/2020			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	**4.746**	**-**		**4.746**
Aplicações financeiras	**-**	**609.660**	**-**	**609.660**
	4.746	**609.660**	**-**	**609.660**

	Consolidado - 31/12/2019			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	10.946	-	-	10.946
Aplicações financeiras	-	415.743	-	415.743
	10.946	415.743	-	426.689

	Individual – 31/12/2020			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	**4.143**	**-**	**-**	**4.143**
Aplicações financeiras	**-**	**531.296**	**-**	**531.296**
	4.143	**531.296**	**-**	**535.439**

	Individual – 31/12/2019			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	8.110	-	-	8.110
Aplicações financeiras		370.391	-	370.391
	8.110	370.391	-	378.501

32. Informações por segmento

Até 30 de novembro de 2019 as informações financeiras consolidadas da Algar Telecom eram compostas por dois segmentos de negócio: Telecom e Tech - BPO/Gestão de TI

O Segmento Tech-BPO/Gestão de TI, operacionalizado pela empresa Algar TI e suas controladas Algar Tecnologia, Engeset e outras sociedades sediadas na América Latina, que atuam na prestação de serviços de contact center, BPO (Business Process Outsourcing), serviços gerenciados e soluções em tecnologia da informação, deixou o portfólio consolidado da Companhia, mediante cisão ocorrida em 2 de dezembro de 2019.

Com a cisão do investimento da Algar Telecom na Algar TI, as informações financeiras consolidadas da Companhia passaram a ser representadas por um único segmento identificado de Negócio, reportável nos termos do CPC 22 – Informações por Segmento, o segmento de “telecomunicações”.

Esse segmento representa a agregação dos resultados e do capital empregado nos serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular, produtos e serviços digitais e de valor adicionado, sendo as operações desenvolvidas pela Companhia e suas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções e Smart.

32. **Informações por segmento**--Continuação

De forma evolutiva e em linha com sua estratégia de atuação, a Administração da Companhia passou a utilizar a segregação comercial dos seus clientes como guia para a tomada de decisões estratégicas e de acompanhamento de resultados. Dessa forma, a partir de recentes implantações sistêmicas e melhorias de processos realizadas, a abertura das informações por segmento de negócio passaram a ser apresentadas da seguinte forma, a partir do terceiro trimestre de 2020:

Segmento	Descrição
B2B	Segmento correspondente aos clientes pessoa jurídica de grande, médio e pequeno portes e também outras empresas do mercado de Telecom.
B2C	Segmento correspondente aos clientes pessoa física que fazem uso dos serviços de modo não-profissional.

Embora o novo modelo de gestão da Companhia e de suas controladas apresente uma segregação com base no tipo e perfil do cliente, os ativos e a estrutura operacional como um todo são indivisíveis e são compartilhados nas diversas operações, de modo que uma única Unidade de Geração de Caixa - UGC é percebida e caracterizada nesse contexto, inclusive para fins da análise de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment).

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a UGC é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

No contexto operacional da Empresa, os ativos estruturantes de telecomunicações como antenas, backbone, backhaul, elementos de rede, entre outros, são utilizados para geração de receita em todos os segmentos, de modo indistinto. A alocação de ativos nos segmentos dos negócios explorados pela Companhia depende de uma segregação dos ativos comuns, o que desqualificaria a função e a capacidade operacional do recurso envolvido, resultando, daí o efeito prático existente na Companhia, que é a vigência de uma única unidade geradora de caixa (UGC).

Em razão da cisão mencionada no segundo parágrafo desta nota explicativa, ocorrida em 2 de dezembro de 2019, os saldos das contas patrimoniais de 31/12/2019 e 31/12/2020 já estão comparativos, conforme disposto no balanço patrimonial.

No quadro abaixo são apresentadas as informações de acordo com o novo modelo de informações por segmento utilizado na gestão de negócios da Companhia.

	31/12/2020			**31/12/2019**		
	B2B	**B2C**	**Consolidado**	**B2B**	**B2C**	**Consolidado**
Receita bruta	**1.842.802**	**1.192.775**	**3.035.577**	1.662.629	1.147.161	2.809.790
Receita líquida	**1.422.461**	**928.310**	**2.350.771**	1.259.867	866.755	2.126.622
Custos operacionais	**(446.389)**	**(371.164)**	**(817.553)**	(347.858)	(356.053)	(703.911)
Despesas comerciais	**(246.917)**	**(152.418)**	**(399.335)**	(231.188)	(131.031)	(362.219)
Despesas administrativas	**(81.282)**	**(65.744)**	**(147.026)**	(79.414)	(83.915)	(163.329)
Outras receitas e despesas operacionais	**20.367**	**22.399**	**42.766**	57.818	15.547	73.365
Depreciação e amortização	**(263.293)**	**(250.463)**	**(513.756)**	(232.406)	(217.643)	(450.049)

32. Informações por segmento--Continuação

Tendo em vista que neste novo modelo de informação por segmento não é possível efetuar a abertura comparativa das informações apresentadas, principalmente em virtude do negócio de tecnologia, abaixo está sendo apresentado quadro com as informações pelo modelo anterior de informações por segmento.

	Telecom		Tech - BPO/Gestão de TI		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
B2B	**1.842.802**	1.668.563	**-**	-	**-**	-	**1.842.802**	1.668.563
B2C	**1.192.775**	1.145.767	**-**	-	**-**	-	**1.192.775**	1.145.767
Tech - BPO/Gestão de TI	**-**	-	**-**	879.894	**-**	(38.535)	**-**	841.359
Eliminações	**-**	(4.540)	**-**	-	**-**	(2.671)	**-**	(7.211)
Receita bruta	**3.035.577**	2.809.790	-	879.894	-	(41.206)	3.035.577	3.648.478
(-) impostos e deduções sobre vendas	**(684.806)**	(683.168)		(94.326)	**-**	133	**(684.806)**	(777.361)
Receita operacional líquida	**2.350.771**	2.126.622	**-**	785.568	**-**	(41.073)	**2.350.771**	2.871.117
Depreciação e amortização	**(513.756)**	(450.049)	**-**	(53.318)	**-**	-	**(513.756)**	(503.367)
Custos e despesas operacionais	**(1.321.148)**	(1.156.095)		(694.642)	**-**	41.171	**(1.321.148)**	(1.809.566)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, equivalência e impostos sobre o lucro	**515.867**	520.478	**-**	37.608	**-**	98	**515.867**	558.184
Resultado financeiro	**(225.471)**	(78.203)	**-**	(22.981)	**-**	(1)	**(225.471)**	(101.185)
Equivalência patrimonial	**-**	11.187	**-**	-	**-**	(11.187)	**-**	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**290.396**	453.462	**-**	14.627	**-**	(11.090)	**290.396**	456.999
Imposto de renda e contribuição social	**(88.020)**	(150.746)	**-**	(3.537)	**-**	-	**(88.020)**	(154.283)
Resultado liquido	**202.376**	302.716	**-**	11.090	**-**	(11.090)	**202.376**	302.716
Outras divulgações: Investimento em ativo fixo (notas 11 e 12)	**461.698**	714.012	**-**	26.841	**-**	-	**461.698**	740.853

33. Resultado por ação

	Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Resultado líquido do exercício	**202.376**	302.716
Quantidade de ações ON no final do exercício	**295.019.806**	295.019.806
Média ponderada das ações	**295.019.806**	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)	**0,69**	1,03

34. Transações que não afetaram o caixa

Os saldos das principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Aquisição de imobilizado e intangível, a pagar	**51.387**	80.233	**17.519**	44.699
Direito de uso de ativos – CPC 06 / IFRS 16, a pagar	**276.073**	30.330	**242.026**	13.606
Crédito de PIS e COFINS, conforme processo transitado em julgado	**25.855**	138.302	**-**	138.302
Aquisição de sociedade (Smart) - parcela a prazo	**-**	19.473	**-**	19.473
Baixa de valores a restituir a acionistas	**28.434**	-	**28.434**	-
	381.749	268.338	**287.979**	216.080

35. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 2.220.540 para danos materiais e R$ 2.141.500 para lucros cessantes; R$ 18.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções.

36. Outras divulgações

a) Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - ANATEL

Em 16 de dezembro de 2020 foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Nº 02/2020, firmado entre a ANATEL e a Companhia, com vigência de 30 meses, abrangendo o período de 18/12/2020 a 18/06/2023.

Com a assinatura do TAC, a Companhia assumiu compromissos para o provimento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) com tecnologia 4G ou superior em diversas localidades do Brasil, além da realização de licenciamento de estações e implementações de funcionalidades no seu aplicativo (app).

Do acordo ora assinado, resultou, também, uma obrigação no montante de R$ 4,6 milhões a ser ressarcido aos usuários, por cobranças indevidas na prestação dos serviços de Telecom, cuja provisão foi contabilmente reconhecida, compondo o passivo circulante do balanço patrimonial do corrente exercício.

Para o cumprimento dos compromissos do TAC, a Companhia estima um investimento total de aproximadamente R$ 21 milhões.

36. **Outras divulgações**--Continuação

b) Efeitos do Coronavírus nas informações financeiras

Desde 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a nova doença - "COVID-19" como uma pandemia, houve uma brusca mudança nas relações pessoais e profissionais em todo o mundo.

Medidas de distanciamento social, com vistas à diminuição do contágio, vem sendo adotadas por muitos países e causaram uma forte redução no nível de atividade de vários segmentos de negócios de diversas economias. Isto é explicado pelo fato de que, tanto a indústria quanto as atividades de comércio e serviços, existem e coexistem a partir de relacionamentos regidos pelas pessoas que, por serem vulneráveis às atuais circunstâncias, são o principal foco de preservação no momento. No Brasil, o Produto Interno Bruto – PIB encolheu 1,5% e 9,7% no 1T20 e 2T20, em relação aos trimestres imediatamente anteriores, voltando a crescer a partir do 3T20 (+7,7), impulsionado pela injeção de cerca de R$ 270 bilhões na forma de auxílio emergencial pelo governo federal.

Durante todo esse período o principal foco da Companhia tem sido a saúde e segurança de seus associados, clientes e fornecedores. Nesse sentido, inúmeras medidas de segurança foram empregadas incluindo, entre outras, a adoção do trabalho remoto para praticamente toda a operação, com exceção dos técnicos de campo e das equipes de lojas, a suspenção de viagens e o contato exclusivamente remoto com fornecedores e demais parceiros. As funções operacionais de campo, por sua vez, passaram a contar com medidas de prevenção, protocolos, uso de EPIs, treinamentos e programa de testagem. Tudo para garantir a manutenção dos serviços com fundamental atenção à segurança de todos.

A operação da Algar Telecom vem se mostrando resiliente nesse cenário. A importância da conectividade, como meio de viabilização de negócios, transações, ensino, lazer e informação, nunca foi tão evidente. Passado o período mais turbulento de adaptação das pessoas às medidas de distanciamento adotadas, pode-se dizer que uma nova forma de se fazer negócios, trabalhar e se relacionar tenha se estabelecido, na qual os serviços de telecomunicações são essenciais.

Na segunda quinzena de janeiro de 2021, época de elaboração dessas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, alguns países do mundo, entre eles o Brasil, apresentavam uma nova onda de aumento de casos da Covid-19, suscitando o enrijecimento de medidas de distanciamento social em alguns estados e cidades, ao mesmo tempo em que dava início à campanha de vacinação contra o coronavírus. O prolongamento dessa situação e potenciais novos efeitos adversos na economia brasileira irão depender de alguns fatores, tais como: duração e extensão da nova onda de contágio, medidas governamentais em resposta à pandemia, velocidade da retomada dos níveis de emprego e da capacidade de consumo das famílias, entre outros.

Até o momento a administração da Companhia não tem conhecimento de novos fatores relevantes que estejam impactando as suas operações. A Companhia continuará aplicando as suas medidas de segurança e poderá adotar novas ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais, sempre prezando pelo melhor interesse de seus associados, clientes, fornecedores e demais parceiros.